

PORTE PAGO
DTR/PR
ISR - 48 - 420/87

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISSN 0102-0374

Impresso

Análise Conjuntural



ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.25, n.5-6, p.1-37 maio/junho 2003

SUMÁRIO

P olítica macroeconômica e projetos de reforma <i>Reinaldo Gonçalves</i>	2
A rota cadente da economia brasileira <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	6
D inâmica das exportações paranaenses nos anos recentes <i>Luiz Fernando Oliveira Wosch</i>	11
O reordenamento produtivo da agropecuária paranaense <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	16
A Petrobras e a industrialização do Paraná <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	18
E xportações paranaenses à China no período 1996-2002: breve análise <i>Bruno Reinoso Hybner e Cleber Parnoff</i>	21
P araná – Destaques Econômicos <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior, Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff e Marcos Vinícius Henrique</i>	23
E conomia Paranaense Indicadores Selecionados	26

Política macroeconômica e projetos de reforma

Reinaldo Gonçalves*

Inconsistência da política macroeconômica, projeto predatório de reforma da previdência e um pífio projeto de reforma tributária. Juntamente com o agravamento do quadro recessivo e o aumento significativo do desemprego, esses são os elementos de destaque do balanço econômico dos primeiros meses do governo Lula.

Naturalmente, defensores do governo podem argumentar que houve redução da pressão inflacionária, melhoria da balança comercial, queda do dólar e decréscimo do risco-Brasil. Contudo, esses indicadores são frágeis. A inflação foi reduzida à custa de uma forte contração da absorção interna e da queda abrupta do dólar. A redução do nível de atividades provocou um aumento expressivo do desemprego, agravando um dos mais sérios problemas da economia brasileira. Ademais, a queda do dólar é insustentável, pois deriva principalmente da redução das importações (provocada pela recessão) e da entrada de capitais externos de curto prazo (atraídos pelos juros absurdamente elevados).

A próxima crise cambial é só uma questão de tempo. Ela poderá ser antecipada se o governo cometer o erro de reduzir a taxa de juros sem a introdução de controles sobre o movimento internacional de capitais. Com a crise cambial e a subida do dólar, teremos, então, a retomada da pressão inflacionária. De fato, atualmente o país defronta-se com uma inflação de custo, que foi causada pela desvalorização abrupta do dólar, a elevação do juro (aumento do custo financeiro) e da indexação dos preços das tarifas de serviços de utilidade pública. Muito provavelmente, a próxima crise cambial provocará uma nova e forte pressão inflacionária via aumento do custo dos produtos importados, mais um processo de elevação dos juros e repasse para os preços dos serviços públicos. A pressão econômica e social será imensa, tendo em vista o acúmulo de desequilíbrios de fluxo e de estoque, com destaque para o desemprego.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

O projeto de Lula de reforma da Previdência Social é claramente concentrador de renda e riqueza, além de provocar maior fragilização do Estado e montar um bomba

de efeito retardado com os fundos de pensão complementar. Lula será responsável por uma maior desigualdade em decorrência da redução da renda pessoal disponível do servidor público e seus pensionistas.

Esse resultado ocorrerá em função dos seguintes aspectos da sua proposta: (a) muda a regra de transição para os atuais servidores se aposentarem ao criar um “imposto de antecipação” correspondente a 5% para cada ano e, portanto, reduz os proventos do aposentado; (b) pensionistas receberão 70% do valor dos proventos do servidor falecido; (c) institui taxação de aposentados e pensionistas (a chamada contribuição previdenciária) para remunerações superiores a R\$ 1.058,00 (atuais aposentados e pensionistas) e R\$ 2.400,00 (os futuros); (d) elimina a paridade entre a remuneração de ativos, de um lado, e inativos e pensionistas, de outro. A tendência será cada vez mais uma redução da renda real dos aposentados, pois não há definição do indexador das aposentadorias e pensões. Provavelmente, se repetirá a síndrome do INSS por meio da qual 10 salários mínimos se transformaram em 7,8; (e) o cálculo das aposentadorias dependerá de uma fórmula ainda não definida que elimina a integralidade da aposentadoria. A perda do trabalhador dependerá do sistema de ponderação, dos indexadores e do período considerado; (f) leva o servidor a fazer um plano de previdência complementar; e (g) a proposta de Lula não traz nada a respeito do Regime Geral da Previdência (INSS), que representa uma verdadeira vergonha e humilhação para aposentados, pensionistas e todos aqueles que precisam usar seus serviços.

Ademais, a reforma previdenciária de Lula enfraquecerá o Estado. O servidor público não tem seguro saúde, FGTS e outros benefícios dados pelo setor privado para os seus empregados. A maior fragilização do Estado ocorrerá na medida em que a proposta de

*Economista, Ph.D. em Economia pela University of Reading, Professor Titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Conselheiro do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e autor de vários livros, dentre os quais *A herança e a ruptura: cem anos de história econômica e propostas para mudar o Brasil*, editado em 2003.

Lula elimina dois dos principais estímulos para a carreira no serviço público, a saber, a integralidade e paridade da aposentadoria. Isso fará com que cada vez seja mais difícil atrair pessoas de qualidade para o setor público. Lula será responsabilizado pela fragilização ainda maior do Estado brasileiro no médio e longo prazo.

A obsessão fiscalista da reforma pode dar alguma folga orçamentária, mas reduzirá ainda mais a capacidade do Estado de ser a principal instituição para a organização e implementação de um projeto de desenvolvimento nacional. Nesse caso, a folga fiscal tem como contrapartida a destruição institucional. Considerando que desenvolvimento é, antes de mais nada, a criação de instituições robustas, a insistência de Lula com o efeito fiscal da reforma da previdência terá como consequência o comprometimento do desenvolvimento nacional no médio e longo prazo. Lula está mostrando que é um chefe de estado míope.

Há, também, uma bomba de efeito retardado na reforma da previdência. Trata-se, aqui, da instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos. A privatização da previdência do servidor significará, no futuro, uma séria crise social e financeira. A frágil institucionalidade brasileira implica elevado risco do setor de previdência privada. É muito provável que dentro de alguns anos o governo seja levado a fazer um Proer da previdência para resgatar os fundos de pensão privados que quebraram. Teremos, então, mais um arrocho fiscal para gerar os recursos necessários para o futuro Proer da previdência social. Certamente, teremos uma situação de catástrofe social, com pessoas idosas passando pela humilhação e a tragédia de ter sua remuneração reduzida significativamente. Lula poderá ser responsabilizado por um verdadeiro holocausto social que atingirá os idosos e suas famílias.

Além disso, os fundos de pensão privados representam uma excelente oportunidade de negócios para os bancos e as instituições financeiras nacionais e internacionais. Dessa forma, as taxas de administração a serem cobradas, bem como as operações espertas de compra e venda de ativos pelas instituições gestoras dos recursos gerarão enormes lucros. Agrava-se, assim, a distribuição funcional da renda e a concentração de riqueza.

REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária de Lula é pífia. A essência da reforma é apresentada no quadro 1. O que se observa é que a proposta concentra-se na racionalização do ICMS, a qual deverá, entretanto, resultar num aumento da carga tributária. Isso ocorrerá porque a uniformização das alíquotas, muito provavelmente, será feita tendo como referência as maiores alíquotas existentes. Tendo em vista que o ICMS é um imposto indireto, a proposta de Lula deverá aumentar a regressividade da estrutura tributária brasileira, e, portanto, agravar a desigualdade de renda no país.

Os defensores do governo podem contra-argumentar que na proposta há mudanças relativas a impostos sobre o estoque de riqueza que afetarão o grau de progressividade da estrutura tributária e a distribuição de renda. Contudo, a proposta de transferir a competência do ITR (Imposto Territorial Rural) para os estados muito provavelmente significará que o incremento de arrecadação será irrisório. Isto porque os governadores não desejarão entrar em conflito com grandes produtores agrícolas. Quanto ao Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), é provável que a Lei Complementar tenha uma base fiscal tão restrita, alíquotas tão reduzidas e inúmeras deduções, que o IGF de Lula tenha o mesmo impacto que o ITR de FHC, isto é, arrecadação irrisória.

No que se refere às outras mudanças (IHD, ITBI, CSSL, Programa de Renda Mínima, Fundo de Desenvolvimento Regional), cabe apresentar uma síntese da avaliação de um especialista:

além de insuficientes para mudar o perfil do sistema tributário, parecem ter sido incluídas na proposta mais como resultado de negociações/barganhas e de concessões para a aprovação das demais do que como integrantes de um projeto estratégico de crescimento com distribuição de renda. De estratégico mesmo, a proposta revela ter sido desenhada para a preservação do ajuste fiscal, a lógica que tem presidido as mudanças no sistema tributário desde a década de 90, com todas as consequências que este tem acarretado para o crescimento da economia (OLIVEIRA, 2003, p. 12).

POLÍTICA MACROECONÔMICA

Nos primeiros meses, o atual governo não fez qualquer mudança significativa na política econômica herdada do governo anterior. Além disso, não há qualquer sinalização de mudanças no rumo da economia. A percepção é que a política econômica está sem rumo (pois replica a do governo anterior, que era um disparate) e sem prumo (pois mantém o país numa trajetória de instabilidade e crise).

É evidente que a economia brasileira precisa de uma fase de transição, considerando a herança trágica do governo FHC. Isso está claramente escrito no programa de governo e, ademais, há um imperativo de gestão macroeconômica cautelosa e responsável, que todos querem e que o país precisa. Até aí, platitudes.

No programa do PT está explicitado que “o governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas”. Essa é uma importante diretriz, mas que não pode ser confundida com conformismo, falta de ousadia ou de estratégia. Ninguém contesta a platitude de que a reversão de estratégias e políticas (as mudanças) não ocorrerão num “passe de mágica”. Entretanto, isso não elimina a pergunta: Haveria uma gestão macroeconômica alternativa que daria rumo e prumo à economia brasileira?

QUADRO 1 - MUDANÇAS PREVISTAS NA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL (PEC) 2003

DISCRIMINAÇÃO	MUDANÇAS	OBJETIVOS
Imposto Territorial Rural (ITR)	Transfere a competência da União para os estados, mantendo 50% de sua arrecadação para os municípios.	Elevar a receita dos Estados.
Imposto sobre Heranças e Doações (IHD)	Terá alíquotas progressivas (hoje de 4%), estabelecidas em Lei Complementar.	Tornar o imposto mais progressivo.
Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)	Estabelece que o imposto poderá ser instituído por Lei Ordinária.	Facilitar a criação do imposto.
Contribuição sobre a Movimentação Financeira (ex-CPMF)	Torna-se permanente, com alíquota máxima de 0,38% e mínima de 0,08%, com o Executivo podendo reduzi-la gradualmente ou restabelecê-la, total ou parcialmente.	Preservar a receita do governo federal.
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL)	Estabelece que a alíquota cobrada dos bancos não será inferior à mais alta incidente sobre outros setores da economia.	Equiparar contribuição dos bancos e barrar eventual redução futura da alíquota para o setor financeiro.
Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI)	Estabelece que poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel e ter alíquotas diferenciadas de acordo com sua localização.	Aumentar a arrecadação dos municípios e tornar o sistema mais progressivo.
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)	A Constituição preverá que o tributo não será cumulativo para setores especificados em lei.	Desonerar as exportações.
Contribuição Previdenciária Patronal	Substitui total ou parcialmente a contribuição por outra incidente sobre a receita ou o faturamento.	Reduzir as distorções existentes que penalizam os setores que geram mais emprego, visando ao seu aumento.
ICMS	Unifica a legislação do ICMS. Reduz as alíquotas de 44 para 5, sendo a mais baixa para cesta básica de alimentos. Constitucionaliza a desoneração das exportações de bens e serviços do ICMS. Mantém o sistema misto de incidência do ICMS nas operações interestaduais. Transfere a sua cobrança para o estado de origem nessas operações, mas mantém sua distribuição. Proíbe a concessão de incentivos para a atração de empresas. Prevê que, nas operações interestaduais, o ICMS sobre petróleo e energia elétrica caberá ao estado onde ocorrer o consumo; e que, cobrado sobre gás natural e combustíveis e lubrificantes não incluídos no item anterior, será repartido entre o estado de origem e o de destino.	Simplificar a legislação. Reduzir a sonegação. Garantir incentivos para as exportações. Eliminar os mecanismos da guerra fiscal entre os Estados. Diminuir a carga tributária incidente sobre gêneros alimentícios da cesta básica. Iniciar a preparação para a implantação da incidência do imposto pelo princípio do destino.
Repartição de Receitas		
Quota-Parte Municipal do ICMS	Retira da Constituição a regra que estipula que 75% dos repasses aos municípios serão calculados de acordo com o valor agregado.	Rever critérios de distribuição da quota-parte municipal do ICMS e corrigir distorções.
Fundo de Desenvolvimento Regional	Amplia de 47% para 49% os recursos do IR e IPI destinados aos estados e municípios; os 2% adicionais deverão compor um Fundo para aplicação em regiões menos desenvolvidas.	Compensar regiões menos desenvolvidas prejudicadas com a extinção dos mecanismos de guerra fiscal.
Outras Matérias		
Desvinculação das Receitas da União (DRU)	Prorroga sua vigência para o ano de 2007 e amplia seus efeitos também para as contribuições de intervenção no domínio econômico.	Flexibilizar a gestão orçamentária e garantir desvinculação de recursos também da Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (CIDE).
Programa de Renda Mínima	Institui Programa de Renda Mínima para família de baixa renda.	Reduzir desigualdades, tonando o sistema tributário menos regressivo.

FONTE: OLIVEIRA (2003)

A resposta é um “SIM” maiúsculo. Entenda-se “rumo e prumo” como um conjunto de medidas de curto prazo que são consistentes com o projeto de mudança (rumo) e eficazes (prumo). A resposta dos críticos e, pior, dos cada vez mais preocupados, é que há um conjunto de medidas que deveriam e poderiam ter sido implementadas já no início do governo e que seriam consistentes e coerentes com o programa econômico. Pode-se mencionar algumas medidas que, introduzidas no início e seguindo um esquema gradual, respeitariam o imperativo da transição:

- controles dos fluxos de capitais internacionais
- redução da taxa de juros real
- calibragem do depósito compulsório
- expansão seletiva do crédito orientado para a produção
- minimização do tema das metas inflacionárias
- desdolarização da dívida pública
- desdolarização das tarifas dos serviços de utilidade pública
- redução do superávit primário
- recomposição das reservas internacionais
- medidas da Receita Federal no sentido de eliminar prerrogativas de pagamento de impostos sobre lucros e juros (a exemplo dos juros sobre capital próprio)
- intervenção ativa no mercado cambial objetivando a estabilidade da trajetória de desvalorização efetiva do câmbio (dólar caro)
- auditoria da dívida externa

Essas medidas já teriam efeito macroeconômico de curto prazo, e não envolvem a famigerada ruptura de contratos. Elas seriam implementadas de forma gradual num período de transição que pode durar de um a dois anos. Ainda, caracterizam-se pela consistência macroeconômica (têm prumo) e seguem as diretrizes do programa econômico do PT (o que sugere rumo).

Para ilustrar, o programa está explicitando que a âncora fiscal, “pela via dos superávits primários, exige um esforço de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabilidade dos programas sociais do setor público”. As medidas acima flexibilizam a âncora fiscal (imobilizadora, nefasta), que não somente inviabiliza programas sociais, mas também mantém o país numa trajetória de instabilidade e crise. O superávit primário com juros altos é, simplesmente, autofágico.

CONCLUSÃO

Durante o governo Lula, o passivo externo (com destaque para a dívida externa) continuará sendo uma restrição fundamental ao desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, há dois importantes instrumentos de política que não podem ser negligenciados: o controle do movimento internacional de capitais e a auditoria da dívida externa como base para um processo de renegociação futura.

O desempenho do governo Lula dependerá também da conduta dos principais atores sociais e políticos. No médio e longo prazos, o principal vetor político de resistência, e até mesmo de desestabilização, está localizado nos governos estaduais. Interesses individuais e partidários transformarão o Pacto Federativo no eixo central dos conflitos macropolíticos na segunda metade do governo Lula, tendo em vista as eleições presidenciais em 2006.

A trajetória política do governo Lula dependerá, ainda, do foco da política econômica. A ênfase do combate à inflação, baseado nas metas inflacionárias e na autonomia do Banco Central, provocará resultados econômicos e sociais tão ou mais desastrosos do que aqueles do governo Fernando Henrique. Pode-se esperar, inclusive, um aumento da exclusão social em decorrência do crescimento medíocre da renda e da piora do desemprego. Nesse ponto, não se deve esquecer que Fernando Henrique foi o pior presidente do Brasil no que diz respeito à evolução da economia do país desde 1900 (GONÇALVES, 2003). O ajuste externo lento, baseado na promoção de exportações e substituição de importações, é incapaz de colocar a economia brasileira em uma trajetória minimamente sustentável de estabilização e desenvolvimento.

A alternativa é a política econômica centrada na retomada do desenvolvimento e na geração de emprego. Somente essa política econômica garante a geração de 10 milhões de empregos prometidos por Lula na campanha eleitoral. Nesse caso, são necessárias mudanças significativas na atual política econômica. Dentre essas mudanças, vale destacar a redução da taxa básica de juro, o controle sobre o movimento internacional de capitais e a retomada dos investimentos públicos em larga escala.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Fabrício A. **A proposta de reforma do governo Lula: uma análise crítica.** Texto distribuído no Seminário “A Política Econômica do Novo Governo”, promovido pelo Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, jun. 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. **A herança e a ruptura.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

A rota cadente da economia brasileira¹

Gilmar Mendes Lourenço*

Os principais indicadores econômicos do país vêm confirmando a trajetória de pronunciada desaceleração dos níveis de atividade em 2003. Conforme estimativas do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do país registrou estagnação no primeiro trimestre do corrente ano, resultado da retração dos componentes domésticos da demanda agregada, particularmente o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo (expressão dos investimentos), com quedas de 2,3% e 1,5%, respectivamente, em face do mesmo período de 2002.

A variável consumo apresentou a sexta redução trimestral consecutiva e a taxa de investimento situou-se abaixo dos 19,0% do PIB a preços correntes, o pior desempenho desde 1992. Já a compressão dos dispêndios públicos (0,2%, a primeira queda desde o quarto trimestre de 2000) pode ser evidenciada pelos cortes orçamentários e pelos sucessivos superávits primários nas contas públicas acima dos 4,2% do PIB acordados com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Não por acaso, a carga tributária atingiu o recorde histórico de 41,2% do PIB no primeiro trimestre de 2003, conforme cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT).

O único elemento da demanda agregada a contabilizar expansão foi a exportação, em prosseguimento ao curso iniciado desde o segundo semestre do ano passado (crescimento de 29,3% nos primeiros cinco meses de 2003), contra variação de apenas 0,6% das importações, confirmando o ambiente de estagnação do mercado interno. As vendas externas atingiram US\$ 27,128 bilhões no acumulado janeiro-maio de 2003 contra US\$ 20,973 bilhões no mesmo período de 2002. Já as compras externas foram de US\$ 19,083 e US\$ 19,072 nos respectivos intervalos de tempo.

De fato, o PIB experimentou declínio de 0,1% nos primeiros três meses de 2003, quanto comparado ao quarto trimestre de 2002, expressando a primeira queda dessazonalizada desde o final de 2001, e incremento de 2% em relação ao mesmo período do ano passado. O crescimento frente aos primeiros três meses do ano passado foi impulsionado pela agropecuária (8,6%), dado que a indústria e os serviços acusaram incremento de 2,9% e 0,8%, respectivamente.

Mesmo assim, tal performance é pouco satisfatória devido ao efeito base de comparação, comprimida pelos impactos negativos provocados pelo

panorama de racionamento de energia elétrica vigente entre maio de 2001 e fevereiro de 2002. Cabe esclarecer que o subsetor da Construção Civil, grande absorvedor de mão-de-obra, declinou 1,7% neste intervalo, mantendo a marcha cadente observada desde 2001, acumulando retração superior a 5% em dois exercícios.

A construção civil está estreitamente ligada à dinâmica cíclica da economia, particularmente aos níveis de renda, emprego e receitas fiscais. De um lado, o financiamento das edificações depende dos recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), particularmente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e dos depósitos em caderneta de poupança e, de outro, as inversões em infra-estrutura ficam limitadas à capacidade de arrecadação do Estado. A propósito, segundo a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (Paic) do IBGE, a participação do setor público no valor total das obras de construção civil do país declinou de 60,0% em 1996 para 45,8% em 2001.

Portanto, a reduzida expansão econômica, o declínio da massa de salários, a insuficiência de crédito e a ausência de uma política habitacional e de investimentos públicos infra-estruturais influenciaram negativamente o desempenho do subsetor e, por extensão, a formação bruta de capital fixo da economia (fábricas, portos, estaleiros, armazéns, etc.).

Enquanto a compressão do investimento se encarrega de comprometer a capacidade futura de crescimento da economia, o recuo do consumo impacta imediatamente nas vendas do comércio, nas encomendas ao setor industrial e nos níveis de emprego.

Tanto é assim que as estatísticas industriais e comerciais vêm experimentando marcha bastante desfavorável. A Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, aponta expansão de apenas 0,6% da atividade manufatureira no primeiro quadrimestre, sustentada pela categoria de bens intermediários (2,7%), impulsionada pela agroindústria, exportações (siderurgia e celulose) e produção interna de petróleo.

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Houve ainda quedas generalizadas em bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (5,3%), bens de consumo duráveis (4,6%) e bens de capital (1,5%). A indústria de alimentos, predominantemente voltada ao mercado interno, apontou queda de 1,3%, reproduzindo a corrosão da renda da população com a aceleração da inflação e a ampliação do desemprego.

Ressalte-se que a variação de 4,1% verificada na produção de veículos de janeiro a maio decorreu essencialmente do incremento de 33% nas exportações. Já o crescimento de 10,3% na fabricação de máquinas agrícolas esteve vinculado ao dinamismo interligado entre agricultura e exportações.

Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), as vendas reais do setor cresceram menos de 2% entre janeiro e abril de 2003, frente a igual período de 2002, enquanto a folha de salários recuou quase 7% no mesmo intervalo. Conforme a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE (PMC-IBGE), o indicador de volume de vendas no varejo caiu 5,5% no mesmo período, puxado por veículos, motos e partes (-14,5%), móveis e eletrodomésticos (-11,8%), combustíveis e lubrificantes (-6,4%) e super e hipermercados (-5,6%).

Paralelamente, de acordo com a Fundação Seade e o Dieese, a taxa de desemprego na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) chegou a 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA) em maio, o patamar mais elevado desde 1985, equivalendo a 1,959 milhão de desempregados. A investigação da Seade também apontou queda de 46% no rendimento real das pessoas ocupadas nos últimos dezoito anos.

Por uma ótica mais estrutural, a Pesquisa Anual do Comércio (PAC) do IBGE revela queda de 11,7% na receita líquida do segmento varejista no período de 1996 a 2001. Nesse mesmo período, o IBGE indicou redução de 13,8% nos salários médios pagos aos trabalhadores empregados nas atividades comerciais, a despeito do aumento do número de empresas e de pessoas ocupadas de 20,2% e 22,1%, respectivamente.

A marcha econômica desfavorável decorre da redução da massa real de rendimentos, da menor oferta e elevado custo do crédito, do crescimento da carga tributária e da compressão dos investimentos

Todo esse curso econômico negativo pode ser atribuído a um conjunto de fatores, formado, primordialmente, pela redução da massa real de rendimentos, derivada da impulsão dos níveis de desemprego e da deterioração do poder aquisitivo dos salários, com escalada da inflação verificada desde o segundo semestre de 2002, pela menor oferta (e demanda) e elevado custo do crédito, pelo crescimento da carga tributária e pela compressão dos investimentos privados e públicos.

O volume de recursos disponível para empréstimos e financiamentos destinados a famílias e empresas do país declinou de 36% do PIB em 1995 para 23% em abril de 2003, contra quase 150% nos Estados Unidos (tabela 1). Isto porque a maior proporção das carteiras das instituições financeiras, constituídas por fundos e depósitos em caderneta de poupança, serve para a rolagem dos títulos da dívida pública, remunerados à taxa Selic de 26,0% ao ano, que representa uma espécie de custo de captação do mercado ou de piso para as operações entre os bancos e para as despesas financeiras das atividades produtivas.

TABELA 1 - PAÍSES SELECIONADOS - OFERTA DE CRÉDITO - 2002

PAÍSES	CRÉDITO/PRODUTO INTERNO BRUTO (%)
Desenvolvidos	
Japão	186,7
Portugal	146,2
Estados Unidos	145,8
Holanda	142,6
Reino Unido	138,8
Alemanha	121,0
Espanha	105,9
França	89,8
Canadá	80,8
Itália	80,0
Emergentes	
África do Sul	148,5
Chile	65,9
Bolívia	54,5
Índia	29,1
Paraguai	25,9
Polônia	25,5
Colômbia	25,1
Peru	24,3
Brasil	23,0
Turquia	20,6
México	11,5

FONTES: FMI

Ainda conforme o FMI, há um enorme grau de oligopolização e elevada ineficiência no sistema bancário brasileiro, atribuída à substituição do financiamento ao setor privado pelas seguras, rentáveis e fartas aplicações em papéis do governo (67% do total dos recursos). Mais precisamente, as despesas operacionais absorvem 88% das receitas bancárias e dez e vinte instituições abrangem 76% e 89% dos ativos no Brasil, respectivamente. A título de comparação, a relação entre custo e receita operacional é de 69% na América Latina, 67,1% na União Européia, 60,9% no Japão e 60,5% nos Estados Unidos.

Adicionalmente, a excepcional remuneração propiciada pela taxa de juros básica, vinte vezes acima da americana e dez vezes superior à européia, serve para a atração de capitais de curto prazo, o que vem inclusive contribuindo de forma significativa para a revalorização do real.

Já as demais taxas obedecem à lógica de formação dos custos do crédito bancário por meio da agregação dos *spreads* cobrados, que incluem a cunha fiscal (depósitos compulsórios e impostos e taxas incidentes, particularmente IOF e PIS/Cofins), risco de inadimplência, despesas administrativas e a margem de lucro dos intermediários financeiros. Segundo o Banco Central, os custos de intermediação são distribuídos em 14% para a parte administrativa, 17% para a inadimplência, 29% para a carga tributária e 40% para o lucro.

Ainda conforme o Banco Central, o custo do crédito oferecido pelas instituições financeiras às empresas privadas e às pessoas físicas encontra-se próximo de 60% ao ano e de 100% ao ano, respectivamente, sendo que o preço médio pode oscilar conforme a modalidade da operação: 86,0% ao ano para cartões de crédito, 100% ao ano para crédito pessoal e 180,0% ao ano para cheque especial.

Na mesma linha, pesquisas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelam que os encargos financeiros respondem por cerca de 14% dos custos de produção privados e absorvem aproximadamente um terço do orçamento das famílias. Por essas razões, os bancos registraram ganhos de R\$ 4,7 bilhões no primeiro trimestre de 2003, representando incremento de quase 19% em relação a igual período de 2002.

Apesar de as autoridades econômicas reiterarem sua preocupação com a intransigente meta de inflação de 8,5% ao ano em dezembro de 2003, para justificar a manutenção do aperto monetário (juros e depósitos compulsórios), a ausência de qualquer espaço para a reindexação dos salários impede, na prática, o avanço da parcela inercial na formação dos preços do sistema econômico.

A esse respeito, convém sublinhar que as reduzidas chances de cumprimento desses objetivos forçaram o Banco Central a abrandar as metas de inflação para 2004 (mantendo o centro em 5,5%, mas admitindo o alcance de 8%) e 2005 (4,5%, com tolerância de 2,5%), sugerindo uma possível flexibilização monetária a partir do próximo ano. Aliás, a maior preocupação do mercado financeiro é com a multiplicação do valor patrimonial vinculada às receitas de arbitragem e não com o desenho prospectivo dos níveis de preços embutido nas metas de inflação.

Nesse particular, o excessivo grau de conservadorismo da política econômica pode representar a criação de uma situação de inércia recessiva (passando de estagnação para recessão) para o segundo semestre de 2003, implícita nas decisões dos agentes econômicos, bastante influenciados pela extrapolação das fragilidades do momento atual.

De acordo com as estatísticas apresentadas anteriormente, tal quadro vem rebatendo negativamente nas vendas do varejo, afetadas também pela impulsão do desemprego e pela erosão do poder de compra dos salários, incluindo os da classe trabalhadora, em razão da evolução dos preços dos produtos da cesta básica e

das tarifas públicas (praticamente os únicos macropreços que ainda preservam a lógica da indexação, inclusive com forte influência do dólar).

Os resultados atuais ainda não refletem totalmente os impactos do aperto monetário de 2003

Lembre-se que os resultados atuais ainda não exibem integralmente os impactos do aperto monetário de 2003 e que qualquer reversão na política de juros levaria entre quatro a seis meses para começar a influenciar positivamente a produção e as transações. Isso permite antever um aprofundamento da tendência recessiva ao longo do segundo semestre do ano, atestado, por exemplo, pela trajetória declinante da venda de automóveis e de papelão ondulado, importantes indicadores antecedentes da atividade econômica. As montadoras registram estoques recordes superiores a 170 mil unidades, correspondendo a quase 50 dias de produção, fato que precipitou a concessão de férias coletivas, repercutindo negativamente nas encomendas de aço e de autopeças.

Nessa perspectiva, o IPEA projeta expansão de apenas 1,6% do PIB em 2003, puxado pela agropecuária (3,7%) e pelo saldo da balança comercial (US\$ 17,0 bilhões). Caso se confirme tal prognóstico, o país amargar, pelo terceiro ano consecutivo, taxa de crescimento econômico praticamente igual ao incremento populacional, reflexo da implementação de medidas econômicas conservadoras e contraditórias, centradas na elevação dos juros e dos superávits primários, supostamente capazes de encaminhar um equacionamento para os problemas da vulnerabilidade externa e do recrudescimento inflacionário pós-desvalorização do real e alteração do regime cambial em janeiro de 1999.

Na realidade, ainda que maximizem a renda mobiliária dos agentes privados, os juros reais superiores ao risco-país constituem elemento crucial para a atração de capitais de curto prazo – principalmente em um momento de queda dos juros nos EUA –, a valorização dos títulos da dívida pública nos mercados mundiais e a rolagem dos passivos externos do país.

Porém, tal fenômeno promove a sobrevalorização da moeda nacional – prejudicando o ajuste das contas externas por meio dos superávits comerciais estruturais – e o agravamento do endividamento público e privado, mantendo a economia brasileira suscetível às modificações nas taxas de juros e de câmbio e às avaliações de risco internacional.

Ademais, a limitação e o encarecimento do crédito e a manutenção da elevada rentabilidade das aplicações financeiras acabam por inibir a deflagração de projetos dirigidos à ampliação da capacidade instalada da economia e à incorporação de avanços técnicos nos métodos de gestão e nos processos produtivos.

A insuficiência de crédito explica o alcance do limite técnico de plena capacidade, em abril de 2003, por diversos ramos industriais pesquisados trimestralmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), coincidentemente mais articulados às exportações, com destaque para celulose e pasta mecânica (100%), bicicletas, motos, peças e acessórios (97,2%), metais não-ferrosos (95,7% - alumínio, cobre e zinco), produtos petroquímicos (92,4%), siderurgia (92,1%), papel para impressão (91,5%), equipamentos para instalações hidráulicas, térmicas e refrigeração (91,4%), pneumáticos e câmaras de ar (91,0%), contra média de 80,9% para a indústria em geral. Em contraposição, há sobra de capacidade nas áreas mais dependentes do mercado interno, como a de eletrodomésticos.

Ainda segundo a pesquisa da FGV, apenas 30% das empresas mostraram intenção de investir em elevação do potencial produtivo, o menor percentual apurado nos últimos quatro anos. Ao complicador representado pelos estrangulamentos na base industrial devem ser acrescidas as restrições infra-estruturais (especialmente transportes e energia elétrica).

Evidentemente, a insuficiência de investimentos esbarra em outras restrições ligadas aos requisitos de competitividade sistêmica, particularmente o fardo tributário. A carga tributária brasileira saltou de 25,7% do PIB em 1993 (antes do Plano Real) para 35,9% do PIB em 2002, como conseqüência da criação cumulativa de um conjunto de contribuições sociais, com ênfase à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL).

De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, o peso dos tributos é inferior apenas ao da Suécia (47,0%) e Alemanha (37,0%), praticamente igual ao da Suíça, e superior ao do Canadá (31,0%), Estados Unidos (29,0%), Espanha (29%), México (22%) e Chile (22%).

Como as necessidades de financiamento do setor público (déficit público) em seu conceito nominal chegaram a quase 5% do PIB em 2002, constata-se que mais de 40% do esforço produtivo do país foi transferido ao governo na forma de impostos e de ampliação do endividamento, voltados ao atendimento preferencial dos juros da dívida pública, em detrimento do financiamento das atividades produtivas e dos gastos sociais. Nesse ambiente, o segmento financeiro (bancos e grandes aplicadores) acaba se apropriando da maior proporção da renda gerada e deixando de cumprir suas funções clássicas de financiamento do investimento e do giro dos negócios.

Assim, ao afirmar recentemente que o governo Lula deu um "cavalo de pau" na economia, em vez de criticar veladamente a política econômica, o Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu, deveria fazer menção ao fato de que a intensificação da prática monetária

ortodoxa da gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC) teria evitado o pior cenário, representado pela elevação do risco-Brasil e pela queda da cotação do dólar.

Reconhecidamente, a política macroeconômica do governo Lula teve êxito na reversão das expectativas catastróficas delineadas desde maio de 2002. O risco-Brasil registrou forte queda, as correntes de financiamentos externos foram restabelecidas e o real valorizou-se. Contudo, a afinação da orquestra e o espetáculo do crescimento acenados pelo Presidente da República dependem de uma espécie de plataforma de providências macro e microeconômicas, voltada à instituição de instrumentos de elevação da poupança interna, de estímulo às exportações, e à substituição competitiva de importações, de incremento do crédito a pequenas e médias empresas e de montagem de parcerias entre Estado e iniciativa privada.

A afinação da orquestra e o espetáculo do crescimento profetizados pelo Presidente da República dependem de uma espécie de plataforma de providências macro e microeconômicas

Ao mesmo tempo, o Estado deveria buscar a otimização da coordenação das estratégias de expansão dos investimentos privados e públicos notadamente nos segmentos que trabalham no limite da capacidade instalada e/ou mais exigentes em volume de capital e de longa maturação temporal.

Seria ocioso afirmar que tais iniciativas vão de encontro à atual equação econômica de austeridade monetária e fiscal e volatilidade da taxa de câmbio. Assim, em oposição à cruzada nacional pela redução dos juros, alguns representantes dos mercados, ou defensores de qualquer governo em todos os momentos e circunstâncias, têm alertado para a falta de sensibilidade de quem estaria supostamente defendendo o abandono do controle inflacionário em favor de uma maior expansão econômica.

Esses analistas justificam que a contração econômica seria uma espécie de "mal necessário" para a consecução de três propósitos:

- obtenção de ganhos de credibilidade na política monetária;
- eliminação das chances de formação de expectativas inerciais de inflação;
- neutralização das possibilidades de propagação aos preços livres do sistema, do choque de oferta derivado da desvalorização cambial de 2002 e dos reajustes dos preços administrados.

Tal corrente acrescenta que a inflação representa o imposto de maior regressividade, por permitir a transferência de renda e de patrimônio das camadas menos favorecidas da população para os

segmentos com maior poder de mercado, sobretudo os bancos. Alega ainda que a principal fonte de receita das instituições financeiras resulta da inflação (juros nominais) e não dos juros reais. Seguindo esse raciocínio, o recuo dos juros, em se traduzindo em recrudescimento da inflação, agravaria um problema que se pretenderia equacionar.

Todavia, é importante ter presente o equívoco implícito na hipótese de eliminação da inflação brasileira pós Plano Real. A evolução dos níveis médios de preços no Brasil nos anos recentes tem se mostrado moderada e/ou residual, conseqüência da combinação entre o déficit nominal das finanças públicas e a exacerbação

do conflito distributivo em uma fase de reduzido dinamismo da produção e dos negócios.

Logo, a tentativa de induzir uma queda dos *spreads* por meio da diminuição dos compulsórios (atualmente em 23% dos depósitos a prazo e 53% dos depósitos à vista, contra entre 5% e 10% da média internacional) e da conseqüente oferta de empréstimos a taxas menores por parte das instituições públicas de crédito representaria mero paliativo enquanto o governo não desistir da linha equivocada de matar e esquartejar a inflação. De qualquer maneira, o que o governo deveria priorizar são os instrumentos voltados à mudança do modelo econômico.

NOTA

¹O autor agradece as críticas e comentários feitos por Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Dinâmica das exportações paranaenses nos anos recentes

Luiz Fernando Oliveira Wosch*

O presente artigo faz uma breve análise acerca do comportamento das exportações paranaenses no período compreendido entre 1990 e 2002, enfocando as alterações de maior dimensão na pauta de bens, em combinação com os principais mercados de destino.

Nesse período, os números apontam evolução de 205,12% na receita decorrente das exportações do Estado, demonstrando dinamismo superior à performance brasileira, cujo crescimento das vendas ao exterior, no mesmo intervalo, correspondeu a 92,15%. Em decorrência disso, a participação do Paraná no contexto nacional ampliou-se de 5,95% para 9,44%, significando elevação de um patamar próximo de US\$ 2 bilhões para US\$ 5,7 bilhões. O Estado manteve a quarta posição entre as demais unidades federativas exportadoras durante todo o período, cabendo, contudo, sublinhar que o distanciamento em relação aos três estados com maior representatividade nas exportações brasileiras foi reduzido.

Além do aspecto meramente quantitativo, é preciso destacar a alteração no perfil da pauta exportadora, marcado por um redesenho menos concentrado e pela incorporação de bens com maior conteúdo tecnológico. Nesse sentido, ressalta-se o incremento na participação dos produtos manufaturados, que passou de 33,1% em 1990 para 45,2% em 2002 e, em contrapartida, o declínio dos produtos básicos, de 55,4% para 41,8%. Aliada à modificação da pauta, nota-se também uma pulverização dos mercados, com destaque para os avanços dos Estados Unidos, do Mercosul e de outros membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em detrimento da representatividade da União Européia. Numericamente, confirmam a evolução desses mercados, considerando os extremos do intervalo, os ganhos de participação dos Estados Unidos, passando de 10,3% para 18,2%; do Mercosul, de 4,1% para 4,6% – frise-se que antes da fase mais aguda da crise argentina, essa participação atingiu 14,2% em 2000 –; e dos demais membros da Aladi, de 3,6% para 6,6%. Por outro lado, a presença da União Européia retrocedeu de 50% para 32,6%.

Com o objetivo de evidenciar com maiores detalhes as alterações ocorridas na pauta exportadora, foram selecionados grupos de produtos que exprimem parcela significativa do montante exportado pelo Paraná, destacando aqueles de maior presença e/ou os de ritmo mais intenso, conforme exposto na seqüência.

O grupo soja manteve-se na liderança da pauta das exportações paranaenses durante todo o período em análise, apesar da perda de representatividade, principalmente nos quatro últimos anos da série. Não se pode negar que a participação destacada da soja foi um elemento determinante para o desempenho das exportações totais do Estado. Entretanto, dadas as características de *commodity* agrícola, as exportações do grupo conferem certo grau de vulnerabilidade ao desempenho global do Estado, na medida em que variáveis exógenas à economia estadual e, portanto, de restrita margem de manobra local, como as oscilações dos preços internacionais e alterações na política cambial, no âmbito federal, acabam repercutindo decisivamente no resultado final das exportações.

As oscilações no desempenho do grupo ao longo do período decorreram, sobretudo, do comportamento dos preços internacionais e repercutiram, favoravelmente ou não, nas exportações totais do Estado. Os exemplos mais evidentes foram os impulsos na receita com as exportações em 1996 e 1997, como resultado da combinação entre aumento de preço e de volume embarcado, e os decréscimos registrados no biênio subsequente, em que o incremento nos embarques mostrou-se insuficiente para provocar ganhos de receita, diante do declínio mais acentuado nos preços. Em 2002, a retomada do nível de preços e a desvalorização cambial estimularam o embarque de grãos, gerando sensível ganho de receita e sustentando o acréscimo das exportações totais do Paraná no referido ano.

Com relação à composição do grupo soja, vale citar a alteração ocorrida a partir de 1997, em que a participação do farelo decaiu por conta do avanço dos embarques de grãos, motivada pela vigência da Lei Kandir (Lei Complementar 87, de 13/09/96). O referido dispositivo isentou de recolhimento do ICMS todos os produtos destinados à exportação, incluindo os bens básicos e semimanufaturados, até então tributados. Com essa medida, foram eliminados os diferenciais tributários, cabendo maior vantagem à soja em grão - produto sobre o qual incidia alíquota mais elevada -, o

*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

que fomentou incrementos substanciais nos embarques do produto ao exterior, propiciando novo perfil ao grupo. Efetivamente, os reflexos ficam evidentes na medida em que a relação farelo/soja em grão na composição do grupo passou de 3,94 (1990-1996) para 1,03 toneladas embarcadas (1997-2002).

No tocante a mercados, o grupo soja também apresentou mudanças, ampliando sua abrangência. Além da União Européia, que detinha quase 80% das exportações do grupo em 1990, outros blocos passaram a compor de forma mais expressiva o rol de compradores da soja paranaense. O principal destaque é atribuído à expansão das vendas à Ásia, cuja participação no grupo passou de 8,93% para 32,89%. Mais especificamente, ressalta-se a China como protagonista pelo vigoroso desempenho das exportações para o bloco asiático, consubstanciado, em um primeiro momento, por embarques significativos de óleo de soja (1994-1997) e, mais recentemente, por volumes expressivos de soja em grão, que devem se consolidar, haja vista a instalação de um parque moageiro em território chinês, o que sugere a manutenção da demanda em nível elevado. Em menor medida, registram-se os avanços nas exportações ao Oriente Médio, passando de 3,51% para 6,04%, e ao continente africano, de 1,98% para 4,54%.

As exportações referentes a material de transporte constituem o segundo grupo de produtos da pauta paranaense, o qual ganhou mais notoriedade a partir de 2000. Observe-se que a evolução do grupo já mostrava grande dinamismo no período 1990-1999, com uma taxa média anual de crescimento de 20,44%, o que elevou sua participação de 3,51% para 9,05%. Porém, no ano seguinte, com o início efetivo das atividades das montadoras de automóveis recém-instaladas no Estado, estabeleceu-se novo patamar de participação do grupo nas exportações totais, equivalente ao percentual médio de 22,44% referente ao período 2000-2002.

No conjunto dos bens incluídos no grupo, verificam-se mudanças de posição entre os itens de maior expressão. As vendas de ônibus e caminhões, que marcaram o desempenho do grupo entre 1990 e 1991, cederam espaço à incorporação de bicos injetores, os quais passaram a liderar as exportações do grupo até 1999. Ou seja, as exportações relativas a material de transporte ficaram condicionadas, de forma preponderante, a um insumo industrial, e representadas, praticamente, por uma única empresa, significando a fragilização da pauta. A partir de 2000, essa condição foi alterada por conta dos embarques de automóveis, que assumiram a liderança no grupo, sendo fortalecidos, no ano seguinte, pela inclusão de motores, que passaram a representar o segundo item de maior relevância no grupo.

A atuação das montadoras, além de impulsionar o volume de transações comerciais do Paraná com o exterior, animou, particularmente, os mercados da América Latina – com ênfase para o Mercosul e México –, dos Estados Unidos e da União Européia. Merece especial atenção o

Mercosul, pois além de figurar como um dos fatores locais na decisão para a instalação das montadoras no Estado, dada a proximidade geográfica, o fato de a Argentina sediar uma unidade da Renault em seu território intensificou as transações do Estado com o bloco, amparadas, inclusive, por um regime automotivo com objetivo de manter relativo equilíbrio no fluxo de comércio. Dessa forma, as vendas externas de automóveis passaram a representar o principal item das exportações do Paraná destinadas à Argentina em 2000 e 2001. Com a eclosão da crise no referido país, esse foco dinâmico do comércio com o Mercosul foi sufocado, mantendo-se latente, porém, o potencial desse mercado. Ressalte-se que as exportações de automóveis ao México e aos Estados Unidos compensaram as perdas geradas pelo declínio do Mercosul, garantindo o ritmo crescente das exportações do grupo. Com relação à União Européia, destaca-se que as exportações de material de transporte também seguem em ascensão, porém concentradas em remessas de motores.

O advento das montadoras impulsionou não só o volume das exportações paranaenses, mas animou, particularmente, os mercados da América Latina – com ênfase ao Mercosul e México –, dos Estados Unidos e da União Européia

O terceiro grupo da pauta paranaense de exportações compreende embarques de madeira e se configura como um dos mais tradicionais. O desempenho dessas vendas mostrou dinamismo ao longo do período, confirmado pelo crescimento da participação do grupo, passando de 3,68% em 1990 para 10,53% em 2002. Essas exportações têm como item mais representativo os compensados de madeira, os quais lideraram a pauta no decorrer de todo o intervalo, respondendo, no último ano, por pouco mais de 50% do total exportado pelo grupo. Citem-se, ainda, os embarques de madeira serrada, que representam o segundo item das exportações do grupo, e, mais recentemente, a incorporação de molduras, cujas exportações seguem ritmo crescente.

Quanto aos mercados de destino, vale destacar que a demanda por produtos do grupo revela como uma das características a concentração em fabricantes de móveis. Nesse aspecto, considerando-se que cerca de 80% dos fabricantes mundiais de móveis situam-se em países industrializados, justifica-se plenamente o fato de os principais mercados serem constituídos pelos Estados Unidos e União Européia, reforçando-se, apenas, que o primeiro revelou ritmo mais intenso de crescimento. A ascensão mais expressiva dos Estados Unidos frente à União Européia fica evidente diante da troca de liderança ocorrida em 1996, com os Estados Unidos passando a responder por quase o dobro das compras da União Européia. Adicionalmente, convém apontar a inserção

dos mercados asiático e do Mercosul, os quais, embora discretos, seguem tendência de crescimento.

Outro grupo relevante na pauta das exportações paranaenses refere-se a carnes, que chama atenção pelo aumento dos embarques, o que garantiu o incremento de participação na pauta estadual, passando de 4,61% em 1990 para 8,38% em 2002, e pela diversificação de seus mercados. Cumpre destacar a comercialização de carne de frango como sustentáculo para o desempenho do grupo, ressaltando que a performance dessas vendas resultou da combinação entre investimentos realizados e oportunidades de mercado, dentre elas a contaminação do gado europeu e a desvalorização da moeda nacional, traduzida em ganhos de competitividade. O Paraná passou a ocupar a primeira posição entre os produtores nacionais de carne de frango e a segunda entre os exportadores, revelando contribuição decisiva para o avanço brasileiro no contexto mundial, em que o País se situa como segundo maior produtor e exportador, abaixo apenas dos Estados Unidos.

No tocante aos mercados, observa-se que o Oriente Médio, considerado o mais tradicional no segmento de carne de frango, acompanhou o ritmo de crescimento do grupo ao longo de quase todo o período, perdendo espaço nos dois últimos anos (2001-2002), com a participação se ampliando de 49,51% para 52%, entre 1990 e 1999, e caindo para 30,91% no último ano da série. O espaço perdido pelo Oriente Médio foi preenchido pelo substancial avanço da União Européia, fato que retrata de forma mais direta as conseqüências da contaminação do gado europeu, na medida em que esta induziu a substituição do consumo de carne bovina pela carne de frango.

Ainda, relativamente ao contágio do gado europeu, pode-se afirmar que seus efeitos explicam a inserção do milho entre os principais produtos exportados pelo Estado em 2001 e 2002. A produção dessa lavoura tem como característica o abastecimento do mercado doméstico; porém, diante da expansão da demanda mundial por ração de origem vegetal¹ e conseqüente reflexo nos preços, os embarques do produto ao exterior ganharam expressão. Diante disso, a participação do milho na pauta de exportação (incluído no grupo cereais) nesses dois anos, apesar de expressiva, trata-se, supostamente, de fenômeno eventual, não devendo, portanto, ser tomada como uma tendência.

As exportações de açúcar compreendem um dos grupos de incorporação recente à pauta, com receitas substanciais registradas a partir de 1995. Essas vendas constituem-se, majoritariamente, por açúcar em bruto e atendem mercados considerados de pouca tradição no comércio exterior, com destaque para Europa Oriental e África. A gradativa inserção do grupo assumiu, inicialmente, ritmo crescente de participação nas exportações do Estado, passando de 0,88% em 1995 para 4,25% em 1998, registrando, na seqüência, trajetória declinante, com participação de 2,7% em 2002. Pode-se supor que essas flutuações decorreram da própria característica do produto, classificado como *commodity*, o que condiciona o desempenho das exportações às oscilações do mercado mundial.

Não obstante o comportamento evolutivo das exportações paranaenses ao longo do período em análise, vale citar o desempenho dos grupos referentes a algodão e cigarro, considerados praticamente extintos da pauta exportadora. No caso das exportações de algodão, que chegaram a representar 4,08% das vendas totais em 1998, o encerramento dos embarques teve como causa principal a migração da cultura do produto no Estado para a região do cerrado. Já em relação às exportações de cigarro, cuja participação mais expressiva alcançou 5,2% em 1998, o motivo da extinção na pauta foi o encerramento da unidade industrial responsável pelas vendas, provocado pelo agravamento da crise russa em 1998 (tido como principal mercado comprador), o que levou ao cancelamento de contratos de exportação.

Em síntese, pode-se considerar que, no período de 1990 a 2002, o desempenho das exportações paranaenses revela um adensamento da pauta, centrada, em grande parte, na inclusão de bens industrializados, com destaque para as exportações de automóveis e motores. Por outro lado, evidencia-se também a força da atividade agropecuária do Estado, na medida em que receitas recorde com as exportações foram conquistadas mediante o desempenho de produtos como soja, milho e carnes, representando a manutenção de sua tradição agrícola. Dentre os reflexos decorrentes desse perfil, constam, pela ótica dos bens industrializados, ganhos nos termos de troca e, sob o aspecto dos bens agrícolas e derivados, maior capacidade de resposta a fatores conjunturais, como variações cambiais e oscilações de mercado.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS - 1990-2002

GRUPO/ITEM	DISTRIBUIÇÃO (%)						
	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Soja	45,30	40,81	42,41	47,31	47,58	34,36	34,27
Grão	11,35	7,56	9,43	9,54	19,78	15,37	15,04
Farelo	28,37	29,30	23,15	30,07	17,80	14,52	13,28
Óleo	5,58	3,95	9,83	7,70	9,99	4,46	5,95
Material de transporte	3,51	6,80	12,36	6,91	8,31	22,28	22,29
Automóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,27	12,32
Motores para autoveículos	0,01	0,07	0,16	0,00	0,67	0,96	4,68
Autopeças	1,06	2,54	4,23	4,72	4,45	4,36	3,16
Tratores e partes	0,60	1,48	0,89	1,40	1,66	0,95	1,17
Autoveículos comerciais leves e pesados	1,74	2,40	1,13	0,50	0,47	0,86	0,50
Madeira	3,68	5,66	7,09	6,22	7,35	10,86	10,53
Compensado	1,78	2,75	3,24	2,16	2,33	4,41	4,13
Serrada	1,08	1,47	1,77	2,27	2,96	3,50	2,86
Molduras	0,00	0,00	0,00	0,05	0,33	0,90	1,23
Obras de marcenaria/carpintaria	0,47	0,60	1,01	0,98	0,94	1,05	1,05
Carnes	4,61	6,80	4,85	5,91	5,14	6,52	8,38
Aves	4,02	4,90	3,98	4,98	4,22	5,19	6,30
Suínos	0,29	0,88	0,25	0,47	0,39	0,45	1,06
Cereais	0,01	0,01	0,02	0,71	0,09	0,07	4,13
Milho	0,00	0,00	0,02	0,71	0,05	0,06	4,13
Açúcar	0,15	0,00	0,29	2,00	4,25	3,16	2,70
Em bruto	0,00	0,00	0,00	1,99	3,16	2,57	2,26
Refinado	0,15	0,00	0,29	0,00	1,10	0,58	0,45
Papel	5,22	6,09	4,95	4,24	3,24	3,36	2,32
Kraftliner para cobertura	2,84	3,10	1,50	0,98	0,41	0,34	0,56
Cuchê	0,03	0,11	0,03	1,52	0,98	1,05	0,47
Kraft p/escrita, impressão e gráfica	0,06	0,15	1,84	0,55	0,64	0,58	0,35
Café	9,60	5,75	6,69	5,38	4,97	3,64	2,24
Solúvel	4,17	3,03	4,12	3,92	2,94	2,51	1,47
Grãos	4,56	2,00	1,92	0,88	1,64	0,89	0,57
Extratos, essências e concentrados	0,87	0,72	0,64	0,58	0,39	0,25	0,20
Máquinas e instrumentos mecânicos	2,65	3,52	3,18	3,08	2,74	1,83	1,90
Refrigeradores/congeladores	0,17	0,71	0,49	0,51	0,32	0,47	0,33
Máquinas e implementos agrícolas	0,36	0,25	0,49	0,82	0,84	0,25	0,29
Partes de bombas para líquidos	0,53	0,43	0,23	0,26	0,37	0,15	0,17
Compressores e condicionadores de ar	0,34	0,49	0,32	0,62	0,41	0,28	0,11
Couro e artigos derivados	3,20	3,89	2,68	2,33	1,92	2,00	1,61
Couro preparado ou curtido	2,82	3,34	2,03	2,07	1,73	1,76	1,08
Combustíveis e lubrificantes	4,68	1,57	1,52	1,08	0,14	0,31	0,85
Óleo <i>diesel</i> e lubrificante	0,73	0,86	0,92	0,94	0,10	0,02	0,22
Algodão	3,88	1,25	0,13	0,04	0,01	0,00	0,02
Cigarro	2,17	4,20	4,48	5,15	5,20	0,04	0,01
TOTAL GERAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
(%) (US\$ FOB milhões)	1 868	2 110	3 507	4 246	4 228	4 392	5 700

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E MERCADOS CORRESPONDENTES - 1990-2002

GRUPO/ITEM	DISTRIBUIÇÃO (%)						
	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002
Soja	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
União Européia	77,94	79,02	71,14	64,77	55,59	66,03	52,46
Ásia	8,93	7,77	17,23	23,83	25,78	20,99	32,89
Oriente Médio	3,51	5,45	1,57	0,72	8,59	5,57	6,04
África	1,98	0,29	1,56	1,37	1,55	1,59	4,54
Europa Oriental	5,12	2,65	3,23	6,18	4,18	0,56	1,68
Demais países da Aladi	0,83	0,07	0,83	0,08	0,28	2,39	0,59
Material de transporte	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
EUA + Porto Rico	9,06	18,94	23,83	38,49	15,93	36,43	48,58
União Européia	13,57	12,28	4,87	21,22	31,74	13,40	21,75
Demais países da Aladi	48,75	39,61	11,25	10,88	13,44	18,70	17,69
Mercosul	13,91	26,62	13,54	21,21	28,87	26,68	4,10
Madeira	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
EUA + Porto Rico	33,26	23,03	30,76	34,57	42,28	39,99	50,76
União Européia	40,22	43,51	37,11	33,20	27,39	35,40	27,14
Ásia	2,75	1,43	3,31	7,30	3,32	5,82	7,00
Mercosul	2,35	10,69	9,16	7,46	12,10	5,23	0,82
Carnes	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Oriente Médio	49,51	41,46	41,68	48,37	53,04	52,00	30,91
União Européia	13,16	19,82	17,42	11,65	12,80	19,30	29,44
Ásia	20,15	18,84	25,83	30,59	21,57	18,88	19,23
Europa Oriental	0,06	0,03	0,00	2,65	3,77	1,49	16,61
Mercosul	0,14	17,01	12,94	5,14	3,78	4,80	0,50
Cereais	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ásia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	42,93
Oriente Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17,63
União Européia	78,60	52,18	0,00	18,54	0,00	0,03	13,20
Açúcar	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Europa Oriental	0,00	0,00	0,00	7,40	29,39	35,74	36,52
África	0,00	34,39	0,47	45,20	34,86	20,86	26,72
Oriente Médio	0,00	0,00	0,00	21,21	11,39	25,40	23,48
Ásia	0,00	0,00	83,33	0,62	17,29	14,76	4,78
Mercosul	0,00	50,62	15,49	0,17	0,55	3,14	0,57
Papel	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Mercosul	7,35	25,86	22,87	43,25	75,68	72,35	44,15
União Européia	51,49	41,28	47,55	29,17	6,96	4,84	15,26
Demais países da Aladi	11,74	6,51	11,27	5,10	8,92	13,57	10,53
Oriente Médio	10,95	5,45	2,64	0,37	0,00	0,05	8,32
África	16,32	12,32	4,10	1,75	0,59	2,46	7,27
Café	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
União Européia	18,50	17,84	20,21	14,99	22,26	16,69	26,79
Europa Oriental	3,16	12,29	35,12	38,96	27,73	27,06	24,34
Ásia	19,25	20,49	12,83	14,30	15,64	16,22	22,49
EUA + Porto Rico	35,15	27,15	17,98	18,84	18,68	29,16	18,55
Máquinas e instrumentos mecânicos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Demais países da Aladi	11,53	17,65	12,36	11,61	17,32	18,96	30,12
União Européia	31,80	24,95	16,16	12,47	17,30	19,37	25,01
Mercosul	16,79	35,90	34,49	48,58	46,20	42,81	20,03
EUA + Porto Rico	19,11	12,06	6,89	8,71	6,30	3,24	9,49
Couro e artigos derivados	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
União Européia	77,92	57,18	74,81	59,91	63,69	68,17	54,70
Ásia	12,51	8,77	12,87	20,92	23,16	26,69	37,53
Combustíveis e lubrificantes	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
África	1,71	0,00	0,00	1,64	0,00	0,00	48,54
Mercosul	23,30	64,93	85,30	86,51	39,39	30,33	28,77
EUA + Porto Rico	74,96	34,41	14,32	0,00	0,00	0,00	7,15
Algodão	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ásia	97,69	94,83	94,97	36,75	40,12	87,02	0,00
Cigarro	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Mercosul	5,48	4,43	18,56	9,89	12,59	91,48	91,31
União Européia	46,45	76,86	72,50	63,78	37,42	8,52	0,00
Europa Oriental	2,65	10,05	6,12	24,94	48,27	0,00	0,00

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

NOTA

¹Investigações realizadas por autoridades sanitárias apontaram como provável causa da contaminação do gado europeu a alimentação por ração composta de base animal.

O reordenamento produtivo da agropecuária paranaense

Julio Takeshi Suzuki Júnior*

Este texto procura descrever as principais mudanças estruturais da agropecuária paranaense ocorridas nas últimas décadas, tendo como base as alterações na composição do valor da produção. Ademais, são apresentadas algumas considerações acerca dos fatores responsáveis por essas mudanças e dos efeitos socioeconômicos verificados em nível estadual.

Primeiramente, é de conhecimento geral que a produção agrícola do Paraná não vem evoluindo de maneira uniforme, em virtude da maior vulnerabilidade de algumas atividades às transformações do ambiente competitivo, derivadas do avanço da liberalização comercial, e à redução dos gastos públicos com a agricultura, decorrente do agravamento da crise fiscal do Estado brasileiro. Como resultado, essas atividades vêm perdendo representatividade na produção setorial e, conseqüentemente, na receita gerada pela agricultura, redundando em um processo de reordenamento caracterizado pela especialização/concentração.

Prova disso é que a participação da soja e do milho no valor da produção agrícola passou de 41,8% em 1981 para 60,6% em 2001, considerando um total de 57 lavouras temporárias e permanentes incluídas na pesquisa denominada Produção Agrícola Municipal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).¹ A elevação da participação da soja, de 25,7% para 36,0%, foi sustentada pelo comportamento favorável dos preços recebidos pelos produtores, em comparação à trajetória das cotações dos demais grãos, e pelo incremento produtivo de 72,9% registrado no período 1981-2001. Acompanhando a evolução da leguminosa, a produção paranaense de milho saltou de 5,4 milhões para 12,6 milhões de toneladas no intervalo em análise, o que garantiu participação de 24,7% no faturamento do setor agrícola, acima dos 16,0% relativos ao início dos anos 80 (tabela 1).

Por outro lado, foram constatados resultados negativos. No caso dos grãos, apresentaram fortes decréscimos o algodão, o arroz e o café, com participações de 1,4%, 0,7% e 0,7%, respectivamente, no ano de 2001, números muito inferiores aos registrados em 1981, quando os três produtos foram responsáveis por 7,7%, 2,4% e 18,7% da receita global. Em trajetória semelhante, o feijão e o trigo contabilizaram percentuais de 4,2% e 7,4% no princípio desta década, abaixo dos 11,1% e 8,5% registrados no ano de 1981, cabendo ressaltar que a participação do trigo alcançou expressivos 25,9% em 1986.

No que se refere às frutas e olerícolas, a despeito do considerável crescimento verificado nas últimas duas décadas, pode-se afirmar que esses grupos ainda são

pouco representativos, visto que respondem por apenas 10,0% do valor da produção da agricultura paranaense. Entre as frutas, destacam-se a uva e a laranja, com participações de, respectivamente, 1,1% e 1,0% em 2001, seguidas da tangerina (0,9%), banana (0,5%) e pêssego (0,3%). Já na produção de olerícolas sobressai a batata-inglesa, produto responsável por 4,0% da receita total e 72,2% do faturamento do grupo.

Para se ter uma idéia da evolução da pecuária estadual, segundo dados dos dois últimos censos agropecuários, o valor da venda e abate de bovinos correspondeu a 8,9% da receita bruta do setor primário em 1985, resultado próximo do percentual de 9,2% registrado no ano-safra 1995-1996. Da mesma maneira, a participação da suinocultura se manteve razoavelmente estável (de 4,6% para 5,1%), contrastando com o significativo crescimento da avicultura, que respondeu por 9,0% do total gerado pelas atividades agrícolas e pecuárias no período 1995-1996, muito acima dos 4,3% referentes ao ano civil de 1985.²

Diante disso, fica claro que a agropecuária paranaense caminha em direção a uma estrutura produtiva menos diversificada, baseada em segmentos caracterizados pela forte inserção no mercado internacional e pela adaptação ao atual contexto de escassez de recursos públicos para o financiamento da atividade. Evidenciando esse processo, no período 1986-2001, enquanto os créditos oficiais concedidos aos produtores e às cooperativas do Paraná recuaram de R\$ 11,5 bilhões (a preços de 2001, com correção pelo IGP-DI médio) para R\$ 2,9 bilhões, a quantidade colhida de soja saltou de 2,6 milhões para 8,6 milhões de toneladas, o que pode ser explicado pela substituição dos tradicionais instrumentos de financiamento por mecanismos privados de venda futura, pelos ganhos de produtividade e pelo aumento da participação dos recursos próprios no custeio da produção, conseqüência direta do razoável nível de capitalização dos produtores.

Como se sabe, a viabilização de instrumentos privados de crédito e a atraente rentabilidade da cultura estão relacionadas à liquidez da *commodity*, derivada da absorção de expressiva parcela da produção pelo mercado externo. Para salientar a evolução das exportações, as vendas externas de soja em grão somaram US\$ 669,3 milhões em 2001, valor 131,6% superior ao registrado em 1989, quando as exportações paranaenses da oleaginosa atingiram US\$ 289,0 milhões.

*Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ - 1981-2001

PRODUTO	PARTICIPAÇÃO (%)				
	1981	1986	1991	1996	2001
Grãos	91,46	88,22	82,40	76,67	76,01
Soja	25,74	15,11	19,10	32,61	35,95
Milho	16,02	15,09	19,64	23,94	24,69
Trigo	8,53	25,89	12,87	6,98	7,37
Feijão	11,11	2,51	4,17	4,90	4,24
Algodão	7,71	10,07	12,85	3,07	1,38
Aveia	0,13	0,21	0,57	0,41	0,68
Café	18,68	17,18	11,39	3,52	0,68
Arroz	2,35	1,30	1,34	0,88	0,66
Cevada	0,35	0,52	0,38	0,32	0,25
Outros	0,84	0,34	0,09	0,05	0,11
Olerícolas	3,65	4,08	5,21	5,03	5,53
Batata-inglesa	2,94	3,20	4,30	3,54	3,99
Tomate	0,31	0,38	0,38	1,08	0,92
Cebola	0,05	0,01	0,19	0,19	0,28
Outros	0,34	0,49	0,33	0,23	0,35
Frutas	0,84	1,78	2,55	4,22	4,43
Uva	0,25	0,34	0,39	1,19	1,05
Laranja	0,14	0,21	0,23	0,40	0,99
Tangerina	0,05	0,22	0,34	1,12	0,86
Banana	0,15	0,27	0,61	0,44	0,47
Pêssego	0,04	0,06	0,10	0,14	0,27
Maçã	0,10	0,52	0,42	0,47	0,26
Outros	0,11	0,16	0,45	0,47	0,54
Cana-de-açúcar	2,06	2,64	7,24	7,99	8,25
Outros	2,00	3,28	2,60	6,08	5,77
Mandioca	1,30	1,94	1,17	3,15	2,70
Fumo	0,60	0,95	1,23	2,74	2,10
Erva-mate	-	-	0,05	0,10	0,94
Rami	0,10	0,39	0,14	0,08	0,01
Outros	-	-	-	-	0,02
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Produção Agrícola Municipal - IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

Do mesmo modo, as vendas externas de carne de aves, outro produto que vem ganhando representatividade no valor da produção agropecuária, apresentaram notável evolução, com um salto de US\$ 59,5 milhões em 1989 para US\$ 347,0 milhões em 2001, o que significou incremento da ordem de 483,6%. Isso confirma que o crescimento da renda agropecuária está sendo sustentado, em grande medida, pelos segmentos voltados ao atendimento dos mercados interno e externo, em geral fortemente articulados à agroindústria e menos dependentes dos financiamentos oficiais.

Em contrapartida, as atividades que se desenvolveram com base no controle rígido das importações e na oferta de crédito subsidiado, em sua

maioria características das pequenas propriedades e intensivas em mão-de-obra, vêm perdendo espaço, com reflexos sobre a estrutura agrária e a geração de empregos no campo. Tanto que o número de estabelecimentos rurais no Paraná caiu de 466 mil em 1985 para 370 mil em 1995, tornando nítida a intensificação de um processo de concentração fundiária. Além disso, também como consequência da inviabilidade de algumas atividades agropecuárias, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais do Estado declinou de 1,9 milhão para 1,3 milhão no mesmo intervalo, o que pode ser atribuído parcialmente à conformação de uma base produtiva mais adequada ao atendimento das demandas de mercado e menos dependente da intervenção governamental.

NOTAS

¹ Atualmente, a Produção Agrícola Municipal, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobre um total de 62 culturas temporárias e permanentes. A diferença entre esse número e o apresentado no trabalho (57) se deve à exclusão de lavouras que não eram levantadas anteriormente pela pesquisa.

² As pesquisas agropecuárias anuais do IBGE não trazem estatísticas relativas ao valor da produção da pecuária, o que explica a utilização dos dados censitários. É importante destacar que o período de referência do último censo agropecuário (ano agrícola) difere dos intervalos das pesquisas anteriores (ano civil).

A Petrobras e a industrialização do Paraná¹

Gilmar Mendes Lourenço*

A Petrobras estará comemorando em outubro de 2003 seus cinquenta anos de funcionamento no Brasil. A criação da empresa integrou o pilar estatal do crescimento industrial por substituição de importações, com o retorno de Getúlio Vargas ao poder político do país pela via direta. Vargas lançou um programa de governo com forte conotação nacionalista, justamente na época em que a Guerra Fria, entre Estados Unidos e União Soviética, forçava o direcionamento de parte dos projetos e recursos norte-americanos para o reerguimento da Europa e do Japão. Enquanto isso, os aliados do Cone Sul ficavam na dependência exclusiva das correntes de capitais externos privados para o financiamento dos déficits em conta corrente e/ou dos programas estratégicos.

Ao longo de quarenta anos, a empresa tornou-se líder em distribuição de derivados de petróleo no país, situando-se entre as vinte maiores companhias petrolíferas do mundo e inserindo o Brasil, desde 1997, no privilegiado grupo de 16 países que produzem mais de um milhão de barris de petróleo por dia.

No Paraná, a refinaria da Petrobras está instalada no município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), há duas décadas e meia. A opção da empresa pelo Estado atendeu, ao mesmo tempo, a objetivos estratégicos do país e aos interesses políticos dirigidos ao crescimento e à diversificação da economia regional.

Mais precisamente, a vinda e a consolidação da Petrobras no Paraná está associada à combinação do projeto de aprofundamento do ciclo brasileiro de substituição de importações com o desejo de industrialização da sociedade regional, capitaneado e viabilizado durante as passagens do ex-governador Ney Braga, tanto no executivo estadual quanto no âmbito federal, como Ministro de Estado.

Uma breve observação da trajetória econômica do Estado permite apreender que a implantação da refinaria integrou e aprofundou o terceiro estágio de ampliação quantitativa e qualitativa da capacidade produtiva do segmento manufatureiro regional. O primeiro ciclo aconteceu na década de 60, marcado pela montagem da infra-estrutura econômica (rodovias, ferrovias, porto marítimo, rede de armazenagem pública, energia elétrica e telecomunicações), sustentada na atuação da

dobradinha formada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), instituída em 1962. Com a reforma do Sistema Financeiro Nacional em 1967, a Codepar deu lugar ao Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep), que passou a operar em 1968.

A segunda fase de diversificação ocorreu na primeira metade dos anos 70, ancorada na modernização agrícola (com a introdução da soja e do trigo) e agroindustrial e na implantação de um pólo cimenteiro na RMC. O novo estágio derivou da grande capacidade de resposta do setor rural estadual aos estímulos modernizantes implícitos na política agrícola implementada pelo governo federal depois de 1966, da base física e financeira edificada nos anos 60 e do pleno aproveitamento do momento favorável vivido pela economia brasileira na época do Milagre.

A Petrobras integrou o terceiro ciclo de diversificação da indústria paranaense

O terceiro estágio de mudanças expressivas verificou-se no segundo quinquênio dos anos 70, com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e a Refinaria da Petrobras. É interessante recordar que, naquele período, o governo do general Ernesto Geisel priorizava a busca de duas grandes frentes na área econômica: a complementação do processo de substituição de importações, a partir de inversões estatais na área de insumos básicos, e a desconcentração industrial.

Nessa perspectiva, mesmo diante do cenário internacional desfavorável deflagrado pelo primeiro choque do petróleo (final de 1973), a administração federal optou pela “fuga para frente”, ingressando em um arrojado programa de investimentos, bancado pelos petrodólares excedentes nos mercados financeiros externos.

*Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Na prática, a ativação de grandes projetos (em sua maioria, estatais) nas áreas de infra-estrutura e de insumos básicos (petroquímica, siderurgia, mineração, papel e celulose, fertilizantes, dentre outros), integrantes do II PND, contribuiu, de um lado, para facilitar a expansão do eixo agrícola-mineral do Centro-Oeste e do Norte do país e, de outro, para abrandar a concentração na Grande São Paulo e viabilizar a ampliação do eixo industrial dinâmico na direção de Minas Gerais e do Centro-Sul, potenciada pela garantia dos requisitos físicos à unificação econômica dos diferentes mercados regionais.

De um ponto de vista institucional, a tendência de redistribuição espacial do crescimento industrial ocorreu em resposta à ação indutora do governo federal, por meio da criação de alguns dispositivos destinados a estimular a instalação de plantas, por parte da iniciativa privada, fora das aglomerações congestionadas, como a Grande São Paulo. Para tanto, o governo editou a resolução 14 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) em 21.12.1977, para posterior regulamentação pelos organismos gestores dos estímulos fiscais e financeiros à instalação ou expansão de estabelecimentos fabris, como o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Ministério da Indústria e Comércio, o Programa de Benefícios Fiscais às Exportações (Befiex), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES.

Tendo em conta aqueles propósitos oficiais de redução dos desníveis macrorregionais de geração e apropriação da renda embutidos em tais projetos, as diferentes instâncias subnacionais passaram a disputar “palmo a palmo” os novos investimentos. Nesse período, o Paraná protagonizou espetáculos de enorme pressão política através do governador Ney Braga, ou de importantes técnicos paranaenses alocados por ele em postos-chave da administração federal, principalmente entre 1975 e 1978.

A conduta básica consistia na tentativa de derrubada de reservas de mercado, de resistências políticas e de bloqueios burocráticos – impostos pelos organismos gestores dos incentivos fiscais e financeiros, principalmente o CDI, o Befiex e o BNDES – para a aprovação de projetos prioritários fora do Sudeste brasileiro. Isto porque as forças contrárias à desconcentração eram de tal ordem, particularmente por parte do empresariado paulista, que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) procurou retardar a regulamentação, alterar, ou mesmo anular os princípios básicos da resolução 14. Nessas circunstâncias, a resolução 57 do CDI, de 16.05.1978, e a edição da portaria 137 da Befiex, de 04.12.1980, acabaram distorcendo os objetivos da resolução do CDE, preservando e mesmo incrementando o conjunto de concessões ao centro industrial do país.

Mesmo assim, em conseqüência dessa postura agressiva capitaneada por Ney Braga, o Paraná

contabilizou a instalação de segmentos modernos, tais como os complexos metalmeccânico e de refino de petróleo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Ao mesmo tempo, o Estado experimentou a modernização dos ramos tradicionais da madeira, papel e celulose e a diversificação do agronegócio (soja, café, laticínios, rações, frigoríficos, etc.).

Nesse sentido, a definição do projeto da refinaria de Araucária constitui exemplo acabado da influência das gestões de natureza política na garimpagem de empreendimentos-âncora pelos Estados de industrialização tardia. A escolha do Paraná como opção locacional se deu depois de exaustivos lances de negociação política entre o governo Geisel e os três governadores dos Estados do Sul.

Ao final do processo, o executivo federal praticamente delimitou os contornos da indução oficial ao crescimento econômico do Centro-Sul. O aumento da capacidade produtiva e a modernização regional estariam ancorados na implantação e/ou consolidação do pólo petroquímico no Rio Grande do Sul, no parque siderúrgico em Santa Catarina e na refinaria de petróleo e consolidação da Cidade Industrial de Curitiba no Paraná. Por certo, a abrangência de tal decisão atropelou alguns estudos de viabilidade que apontavam o Paraná como a melhor alternativa para sediar o pólo petroquímico.

Essas pesquisas recomendavam que, diante da necessidade de intensificação do processo de industrialização para fazer face à ampliação do grau de urbanização da população paranaense, em razão especialmente da mecanização da agricultura, o Estado deveria priorizar a implantação de estabelecimentos fabris dos ramos químico e petroquímico. Nesse particular, a RMC representaria espaço privilegiado para a recepção de tais investimentos, devido à disponibilidade de matérias-primas (amônia, combustíveis e derivados do xisto), à posição geográfica estratégica em relação aos pólos paulista e gaúcho (inclusive o petroquímico) e à existência de mão-de-obra qualificada (IPARDES, 1976).

Diante disso, é fácil notar que a conquista da Petrobras e de um conjunto de grandes empresas nacionais e estrangeiras entre 1975 e 1978, sediadas notadamente na Cidade Industrial de Curitiba, representou um avanço relevante na estrutura econômica do Paraná, composto por ingredientes de forte pressão política e de intermediação de interesses em favor da atração de projetos para Estados de industrialização tardia.

A Refinaria Presidente Getúlio Vargas, operante em Araucária, responde diretamente por aproximadamente um quarto do produto industrial e quase 7% do Produto Interno Bruto (PIB) total do Paraná. Ademais, a capacidade de refino e o volume de petróleo processado pela planta correspondem, respectivamente, a 9,3% e 11,4% do total da Petrobras, ocupando a quinta posição (tabela1).

TABELA 1 - PETROBRAS - CAPACIDADE INSTALADA E VOLUME DE PETRÓLEO PROCESSADO POR REFINARIA - 2002

REFINARIA	CAPACIDADE INSTALADA		VOLUME PROCESSADO	
	Mbpd ⁽¹⁾	%	Mbpd ⁽¹⁾	%
Paulínia - Replan (SP)	352	17,4	329	19,6
Landulpho Alves - Rlam (BA)	306	15,1	213	12,7
Duque de Caxias - Reduc (RJ)	242	12,0	204	12,1
Henrique Lage - Revap (SP)	226	11,1	198	11,8
Alberto Pasqualini - Refap (RS)	189	9,4	106	6,3
Pres. Getúlio Vargas - Repar (PR)	189	9,4	192	11,4
Pres. Bernardes - RPBC (SP)	170	8,4	154	9,2
Gabriel Passo - Regap (MG)	151	7,5	128	7,6
Outras	196	9,7	156	9,3
TOTAL	2021	100,0	1680	100,0

FONTE: Petrobras

(1) Mbpd = milhares de barris de petróleo por dia.

REFERÊNCIA

IPARDES. **Modelo de complexo industrial petroquímico para o Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1976. 78p. Trabalho apresentado ao I Congresso Brasileiro de Petroquímica. 1976. Rio de Janeiro.

NOTA

¹O autor agradece os comentários e sugestões de Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Exportações paranaenses à China no período 1996-2002: breve análise

Bruno Reinoso Hybner* e Cleber Parnoff*

As relações comerciais entre Brasil e China vêm se fortalecendo nos últimos anos, evidenciadas pelo avanço na corrente de comércio, que saltou de US\$ 2,24 bilhões para US\$ 4,07 bilhões entre 1996 e 2002. Ressalte-se que o crescimento de 81,35% situou-se muito acima do desempenho global da corrente de comércio brasileira, cuja variação foi de 6,48%. Nesse intercâmbio de comércio, não há posição consolidada quanto ao equilíbrio entre o fluxo de exportação e importação, pois em 1996 teve início uma etapa de pequenos déficits com ritmo crescente, que se estendeu até 2001. No ano seguinte houve interrupção dessa tendência, com o registro de um superávit de US\$ 574 milhões.

No que diz respeito às exportações para a China, o Brasil registrou aumento de 126,28%, evoluindo de US\$ 1,13 bilhão para US\$ 2,52 bilhões no período em questão. Essa evolução nas relações comerciais, aliada à pauta das compras chinesas, com concentração em minérios e soja, posiciona os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso como principais exportadores.

Relativamente ao Paraná, o intercâmbio comercial com a China, diferentemente do contexto nacional, aponta supremacia das exportações. De 1996 a 2002, as exportações paranaenses à China contabilizaram expansão de US\$ 258 milhões para US\$ 421 milhões – variação de 63,18% –, fazendo com que o país passasse de 14º para 2º maior importador do Estado. Note-se, entretanto, que o desempenho paranaense não acompanhou o ritmo brasileiro, tanto que a participação estadual nas exportações brasileiras apresentou-se bastante instável, definida por um intervalo de 6,06% a 29,45%, conforme demonstra a tabela 1.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS E PARANAENSES PARA A CHINA - 1996-2002

ANO	EXPORTAÇÃO (US\$ mil FOB)		PR/BR (%)
	Brasil	Paraná	
1996	1.113.828	258.871	23,24
1997	1.088.214	206.793	19,00
1998	904.879	266.474	29,45
1999	676.140	56.099	8,30
2000	1.085.223	130.091	11,99
2001	1.902.093	115.244	6,06
2002	2.520.457	421.519	16,72

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados elaborados pelo IPARDES.

As exportações paranaenses à China têm como principal característica a pauta sustentada em produtos do complexo soja. Nesse sentido, observando a tabela 2, convém destacar que o desempenho no período 1996-2002 revela duas fases distintas, compreendendo, na primeira etapa, embarques substanciais de óleo de soja e, na segunda, remessas mais expressivas de soja em grão. As exportações de farelo, em menor medida, acompanharam a trajetória das vendas de óleo, com receitas substanciais registradas no triênio 1996-1998, perdendo força no período subsequente. Essa dinâmica reflete a política industrial chinesa, que, entre outros aspectos, promoveu a instalação de um parque industrial voltado ao processamento da oleaginosa.

TABELA 2 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES DE PRODUTOS DO COMPLEXO SOJA DESTINADOS À CHINA - 1996-2002

ANO	EXPORTAÇÃO (US\$ mil FOB)			
	Óleo de soja	Soja em grão	Farelo	Total
1996	204.597	-	48.189	252.786
1997	115.778	25.641	62.615	204.034
1998	83.194	106.642	68.515	258.351
1999	21.589	16.686	6.816	45.091
2000	11.191	84.872	10.829	106.892
2001	3.370	75.474	-	78.844
2002	37.228	332.284	-	369.512

FONTE: MDIC/SECEX

NOTAS: Dados elaborados pelo IPARDES.

Sinal convencional utilizado:

- Dado numérico igual a zero, não resultante de arredondamento.

As alterações na composição das exportações do complexo soja não se deram de forma abrupta. As vendas de óleo se iniciaram com uma presença de 81% em relação ao total do complexo, somando US\$ 205 milhões, e assumiram tendência declinante, com ligeira recuperação no final do período, porém, nesse momento, representando tão-somente 18% do montante observado em 1996. Já as exportações de grãos registraram trajetória instável, com picos em 1998, 2000

*Acadêmicos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiários do IPARDES.

e 2002, sendo este último o de maior relevância, totalizando US\$ 332 milhões, o que significou 90% das exportações do complexo soja destinadas à China. Ressalte-se que, nesse ano, as exportações paranaenses totais atingiram valor recorde (US\$ 5,7 bilhões), impulsionadas pelo desempenho da soja, com a China assumindo papel relevante. Por fim, os embarques de farelo compreenderam o item de menor participação entre os demais, destacando-se o período de 1996 a 1998, em que o ápice representou receita de US\$ 68 milhões. Com a instalação das unidades industriais de esmagamento na China, acredita-se que suas necessidades internas de farelo foram atendidas pela oferta doméstica, justificando a inexistência de embarques paranaenses do produto nos dois últimos anos do período.

Apesar das oscilações das exportações nesse curto período de análise, é válido supor que a partir dos embarques de grãos inaugura-se uma etapa duradoura de grande vigor das aquisições chinesas, expressando uma parcela do potencial desse mercado. Adicionalmente, percebem-se sinais de uma ligeira diversidade da pauta, com a inclusão de segmentos relativos a material de transporte e madeira, os quais ocuparam, respectivamente, a 2ª e 3ª posições no ranking das exportações paranaenses à China em 2002. Destaque-se, contudo, que a inserção desses grupos mantém a característica da demanda chinesa por insumos industriais e matérias-primas, os quais, para os segmentos citados, compreenderam autopeças e madeira serrada.

Paraná - Destaques Econômicos*

*Julio Takeshi Suzuki Júnior, ** Bruno Reinoso Hybner, Cleber Parnoff, Marcos Vinícius Henrique****

AGROPECUÁRIA

Paraná colherá safra recorde de grãos

O Paraná se manterá como o maior produtor de grãos do país, com uma safra 20,1% maior que a do ano passado, alcançando 24,456 milhões de toneladas.

O milho e a soja são as lavouras mais representativas, sendo responsáveis por cerca de 95% da produção de grãos de verão do Estado. A safra de milho chegou a 8,15 milhões de toneladas, o que significou um crescimento de 7,7% em relação à quantidade colhida em 2002. Já na safrinha deverão ser produzidos 4,167 milhões de toneladas do cereal.

A produção de soja atingiu 10,71 milhões de toneladas, com rendimento médio próximo dos 3 mil kg/ha, superando os 2,87 mil kg/ha registrados no ano passado. O crescimento da produção de soja pode ser atribuído também ao aumento de 8,95% na área cultivada.

BUENO, Priscila. Safra recorde garante o primeiro lugar ao PR na produção de grãos. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 05 jun. 2003. p.22.

Desperdício na colheita de soja é reduzido no Estado

Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), a perda média na colheita da soja no Paraná atingiu a marca de 60 kg por hectare, representando 2% da safra do Estado. Já a média nacional, estimada pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), ficou entre 1,2 e 1,5 saca por hectare, correspondendo a 3% da safra brasileira.

O baixo índice de perdas na colheita contribuiu para a elevação da produtividade da cultura da soja no Paraná, que atingiu 2,8 mil quilos/hectare nesta safra.

GARSCHAGEN, Sérgio. Paraná reduz desperdício na colheita. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 12 jun. 2003. Caderno Finanças e Mercados, p.B16.

Valor da produção agropecuária cresceu em 2002

O valor bruto da produção da agropecuária paranaense, em 2002, apresentou crescimento nominal de 28,6% em relação ao ano anterior, alcançando R\$ 18,8 bilhões. Para 2003, estima-se que a produção cresça 37%, atingindo R\$ 25,8 bilhões, segundo o Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado da Agricultura (Deral).

Entre os produtos que contribuíram para o aumento registrado no ano passado destacam-se a soja, o milho, as aves de corte, o trigo e o boi gordo. Do total da receita agropecuária, 28% refere-se à região Sul do Estado, 23,5% à Norte, 20,5% à Oeste, 12% à Sudoeste, 8% à Noroeste e 6,6% à região Centro-Oeste.

POMBO, Luciana. Produção agropecuária do PR cresce 28,6%. **Folha de Londrina**, 17 jun. 2003. Caderno Economia, p.4.

AGROINDÚSTRIA

New Holland registra crescimento nas vendas

A empresa New Holland, localizada em Curitiba, registrou crescimento de 8,37% nas vendas de máquinas agrícolas no primeiro quadrimestre deste ano, em comparação ao mesmo período de 2002, com a comercialização de 2.710 tratores e 954 colheitadeiras.

A elevação das vendas foi determinada pela alta capitalização dos produtores, consequência dos bons preços das *commodities*, pelos sucessivos recordes nas safras e pelos financiamentos do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas, Implementos e Colheitadeiras (Moderfrota). Segundo dados do BNDES, o programa liberou R\$ 625 milhões em financiamentos aos produtores paranaenses no ano passado.

AVANSINI, Carolina. Venda de máquinas agrícolas cresce no Paraná. **Folha de Londrina**, 13 maio 2003. Caderno Economia, p.4.

GARSCHAGEN, Sérgio. Faltam tratores no interior do Paraná. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 maio 2003. Caderno Finanças & Mercados, p.B11.

**Elaborado com informações disponíveis no período de 01/05/2003 a 30/06/2003.*

***Administrador de Empresas, técnico da equipe permanente desta publicação.*

****Acadêmicos de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná, estagiários do IPARDES.*

Castrolanda investe em fábrica de rações

Com investimentos de R\$ 14 milhões, foi inaugurada uma nova fábrica da Cooperativa Agropecuária Castrolanda no município de Pirai do Sul. A nova unidade produzirá rações para frangos e perus, atendendo unicamente à Perdígão, que se instalou no Paraná em 2000, com a aquisição do Frigorífico Batávia S.A.

A Perdígão emprega atualmente 2.677 funcionários no Estado e exporta frangos para a Ásia, União Européia, Rússia, África do Sul e Angola. Em 2002, abateu 33,2 milhões de frangos e 5,5 milhões de perus, somente na sua unidade localizada em Carambeí.

GARSCHAGEN, Sérgio. Castrolanda irá produzir rações para a Perdígão. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2 jun. 2003. Caderno Finanças & Mercados, p.B14.

Cresce produção de frango em maio

A produção paranaense de frangos cresceu 10,4% em maio, comparativamente à produção no mesmo mês do ano passado. Os abates aumentaram de 60,2 milhões para 66,5 milhões de cabeças, o que manteve o Estado na liderança da produção de frango, respondendo por 19,1% do total produzido no país.

O crescimento da produção foi sustentado pelo aumento das exportações, que cresceram 77,1% nos últimos 12 meses, evoluindo de 18,8 mil para 33,3 mil toneladas.

AVANSINI, Carolina. Produção de frango aumenta mais de 10%. **Folha de Londrina**, 24 jun. 2003. Caderno Economia, p.4.

Milenia AgroCiências destinará US\$ 10 milhões à sua fábrica em Londrina

Até 2006, a Milenia AgroCiências investirá US\$ 10 milhões em sua planta localizada em Londrina. Outros US\$ 25 milhões serão destinados à fábrica instalada em Taquari, no Rio Grande do Sul.

Com os investimentos em Londrina, a indústria de defensivos agrícolas criará 100 postos de trabalho, elevando seu quadro de funcionários para 599 empregados, entre terceirizados e empregos diretos.

MASCHIO, Alan. Expansão de empresa pode gerar 100 novos empregos. **Folha de Londrina**, 25 jun. 2003. Caderno Economia, p.2.

INDÚSTRIA

Atlas investe em novas fábricas

A indústria de fogões Atlas Eletrodomésticos, de Pato Branco, inaugurou uma nova planta industrial em Feira de Santana (BA) no mês de maio, denominada Atlas Nordeste. Essa nova unidade, que abastecerá principalmente as regiões Norte e Nordeste do país, já está produzindo fogões a gás de quatro e seis bocas numa escala de 10 mil peças mensais, garantindo a geração de 60 empregos diretos.

Além do investimento no Nordeste, a empresa destinou R\$ 7 milhões à compra da antiga fábrica da Enxuta, localizada em Caxias do Sul (RS). Com isso, a Atlas também passou a produzir lava-

louças, lava-roupas e secadoras, empregando 120 pessoas. Futuramente, outros R\$ 7 milhões poderão ser investidos na unidade, com o objetivo de aumentar a produção em 50%.

SASAKI, Danielle. De Pato Branco para o mundo, a partir do velho fogão à lenha. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 9 maio 2003. Caderno Finanças & Mercados, p.B13.

Empresas do pólo moveleiro de Arapongas investem em capacitação de mão-de-obra

O Sindicato da Indústria de Móveis de Arapongas (Sima) está desenvolvendo o projeto "Universidade da Móvelia", que inclui a construção de um centro de capacitação de mão-de-obra, visando melhorar a qualidade da produção. Estima-se que serão necessários investimentos de R\$ 3,8 milhões, recursos que serão viabilizados pelo Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), do Ministério da Educação.

O centro terá 3,4 mil metros quadrados de área construída, contendo salas de aulas e laboratórios de ensaios, de pintura e de costura industrial, além de uma linha de montagem. O objetivo é capacitar cerca de mil pessoas por ano, com cursos básicos, técnicos e de qualificação profissional.

O pólo moveleiro de Arapongas pretende, com a Universidade da Móvelia, ampliar a presença no mercado interno e aumentar suas exportações, que atingiram US\$ 41 milhões em 2002. O pólo encerrou o ano passado com receitas da ordem de R\$ 620 milhões, empregando aproximadamente 6 mil pessoas.

RIOS, Cristina. Arapongas usa formação para ganhar mercado externo. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 12 maio 2003. Caderno Finanças & Mercados, p.B14.

Tecumseh investe em Campo Largo

A empresa norte-americana Tecumseh está investindo na implantação de uma unidade industrial, denominada TMT Motoco do Brasil, em Campo Largo, Região Metropolitana de Curitiba.

A TMT, que já se encontra em funcionamento desde maio, empregando cem funcionários, está se dedicando à produção de transmissões (câmbio/diferencial) e motores de 3,5 a 30 HP. Os motores serão utilizados em cortadores de grama, tratores de pequeno porte, motobombas e geradores de energia.

Inicialmente, a produção da TMT estará voltada principalmente à exportação, mas, num segundo momento, estima-se que 20% do total produzido será vendido no mercado interno. No total, deverão ser investidos US\$ 78 milhões no projeto.

TMT Motoco do Brasil inicia produção em Campo Largo. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 25 maio 2003. p.5.

Fábrica de carrocerias de ônibus é inaugurada em Cascavel

A Mascarello Carrocerias de Ônibus investiu R\$ 10 milhões na instalação de uma unidade industrial em Cascavel, que irá produzir carrocerias para micro e miniônibus. A fábrica conta com área construída de 14,6 mil m² e capacidade para produção de 10 carrocerias por dia. A produção será destinada tanto ao mercado externo quanto ao interno.

A estimativa de produção é de 200 unidades neste ano, com possibilidade de ampliação para 600 unidades em 2004. Inicialmente, serão gerados 120 empregos diretos, podendo chegar a 200 até o final do ano.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiou 50% do total investido, por meio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

GARSCHAGEN, Sérgio. Mascarello inaugura primeira fábrica de ônibus do Paraná. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 maio 2003. Caderno Finanças & Mercados, p.B15.

PORTELA, Miguel. Grupo inaugura fábrica de carrocerias em Cascavel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 maio 2003. p.17.

Nissan lança picape Xterra

A Nissan lançou o utilitário Xterra, segundo veículo da empresa a ser produzido no Brasil. Desde junho do ano passado, a montadora fabrica a picape Frontier em sua fábrica localizada em São José dos Pinhais, onde já foram investidos US\$ 100 milhões.

Com o novo veículo, a Nissan pretende dobrar suas vendas no país neste ano, conquistando 10% do mercado nacional de utilitários esportivos.

RIOS, Cristina. Nissan lança a picape leve Xterra. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 4 jun. 2003. p. A15.

Incepa investe em produtividade

Em 2003, a Incepa Revestimentos Cerâmicos investirá R\$ 10 milhões nas suas fábricas de revestimentos instaladas no Paraná (duas em Campo Largo e uma em São Mateus do Sul). Com esse investimento, a empresa pretende ampliar a produção em 6%, passando para 17 milhões de metros quadrados, e aumentar o faturamento em 16,6%, chegando a R\$ 175 milhões.

Tendo 40% da sua produção destinada ao mercado externo, com vendas para mais de 30 países, a Incepa poderá registrar crescimento de 40% nas receitas com as exportações este ano, atingindo a marca de R\$ 70 milhões. Atualmente, as três fábricas do grupo estão mantendo bons níveis de produção, devido ao aumento das vendas externas, que compensaram a retração de 4% do mercado interno, registrada entre janeiro e maio.

RIOS, Cristina. Incepa investe para ampliar produção. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 11 jun. 2003. p.A11.

INFRA-ESTRUTURA

Movimentação de cargas aumenta nos portos paranaenses

Segundo a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), de 1º de janeiro a 19 de junho o volume de cargas movimentado nos portos de Paranaguá e Antonina chegou

a 14 milhões de toneladas. O número representa um aumento de 27% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram movimentadas 11 milhões de toneladas.

No que tange às exportações, o aumento foi impulsionado pela soja em grão e pelo farelo de soja, com crescimento no volume exportado de 60% e 47%, respectivamente, em comparação com o mesmo período de 2002. Já nas importações, os fertilizantes tiveram o maior crescimento, com expansão de 25% na quantidade importada.

STUANI, Renata. Movimento cresce 27% em Paranaguá. **Folha de Londrina**, 24 jun. 2003. Caderno Economia, p.4.

NÍVEL DE ATIVIDADE

Emprego industrial apresenta crescimento

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi registrado crescimento de 4,9% no emprego industrial do Paraná em março, em comparação ao mesmo mês de 2002, garantindo ao Estado a liderança nacional.

No primeiro trimestre de 2003, houve crescimento de 4,5% em relação ao mesmo intervalo do ano passado, acima da variação de 0,5%, registrada em nível nacional.

Entre os setores que alcançaram resultados positivos na geração de empregos industriais no Estado destacam-se o de alimentos e bebidas; máquinas e equipamentos; madeira; e vestuário.

FÉLIX, Rosana. PR lidera criação de empregos na indústria. **Folha de Londrina**, 21 maio 2003. Caderno Economia, p.3.

Nível de emprego mantém alta

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), o emprego formal no Paraná cresceu 1,13% no mês de abril em comparação a março, com a geração de 17.277 postos de trabalho. Com isso, o número de trabalhadores com carteira assinada subiu para 1,544 milhão.

O destaque ficou por conta do interior do Estado, que gerou cerca de 97% do total de novas vagas. A agricultura e a indústria de alimentos, refletindo a safra recorde deste ano, foram responsáveis pela maior parte dos novos empregos. Além de superar o índice de março (0,37%), o crescimento registrado em abril, pelo Paraná, ficou acima da variação de 0,68% relativa ao Brasil.

SAIS, Rodrigo. No PR, geração de postos de trabalho ganha força. **Folha de Londrina**, 3 jun. 2003. Caderno Economia, p. 3.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2003

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 157	81 534	2 319	75 477	182 509	2 418	32 976	634 226	19 233
2003 ⁽¹⁾	29 278	67 315	2 299	69 561	180 832	2 600	33 282	631 324	18 969

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	130 782	145 260	1 111	356 891	28 121 971	78 797	51 395	73 262	1 425
2003 ⁽¹⁾	127 159	125 903	990	374 207	31 141 693	83 220	47 600	130 273	2 737

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2003

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	524 503	612 311	1 167	157 837	3 427 062	21 713	2 492 738	9 678 523	3 883
2003 ⁽¹⁾	551 144	698 351	1 267	113 769	2 414 830	21 226	2 717 986	12 825 914	4 719

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	505	1 075	2 129	3 294 890	9 407 606	2 855	1 076 363	1 583 328	1 471
2003 ⁽¹⁾	470	1 372	2 919	3 600 527	10 797 083	2 999	1 163 898	2 710 551	2 329

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 – MAIO 2003

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
Janeiro	391 205	2 231 978	0,18	572 949	44 162	12,97	234 177	242 276	0,97	99 407	287 589	0,35
Fevereiro	382 490	2 239 258	0,17	575 808	44 198	13,03	242 854	242 603	1,00	101 588	288 342	0,35
Março	369 061	2 243 639	0,16	593 905	44 279	13,41	237 032	242 796	0,98	101 913	289 129	0,35
Abril	386 161	2 251 650	0,17	627 716	44 243	14,19	248 257	243 676	1,02	101 304	290 676	0,35
Mai	365 672	2 260 389	0,16	596 705	44 652	13,36	220 287	244 685	0,90	100 742	291 600	0,35
Junho	344 772	2 270 757	0,15	590 276	44 994	13,12	203 005	245 604	0,83	92 278	293 680	0,31
Julho	329 062	2 277 095	0,14	617 373	45 104	13,69	194 661	245 937	0,79	91 116	295 017	0,31
Agosto	340 915	2 286 273	0,15	646 204	45 148	14,31	204 552	246 600	0,83	86 662	296 305	0,29
Setembro	352 467	2 293 887	0,15	644 893	45 119	14,29	209 646	247 376	0,85	87 942	297 239	0,30
Outubro	352 403	2 298 053	0,15	610 363	45 184	13,51	206 515	247 889	0,83	88 429	298 055	0,30
Novembro	348 862	2 301 182	0,15	622 578	45 239	13,76	216 131	248 427	0,87	92 489	299 129	0,31
Dezembro	348 630	2 304 333	0,15	609 285	45 326	13,44	221 652	248 633	0,89	93 383	302 767	0,31
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
Janeiro	359 266	2 307 510	0,16	574 508	45 312	12,68	223 110	248 486	0,90	98 221	306 867	0,32
Fevereiro	356 707	2 303 313	0,15	591 444	45 142	13,10	224 376	246 867	0,91	102 943	302 028	0,34
Março	345 798	2 317 426	0,15	624 228	45 342	13,77	229 898	248 041	0,93	102 100	304 884	0,33
Abril	380 086	2 326 035	0,16	633 133	45 348	13,96	256 015	249 126	1,03	108 643	306 399	0,35
Mai	367 783	2 330 219	0,16	633 833	45 411	13,96	230 954	249 449	0,93	106 253	307 423	0,35
Junho	356 695	2 332 046	0,15	641 085	45 468	14,10	213 957	249 801	0,86	99 786	307 766	0,32
Julho	345 858	2 331 731	0,15	638 103	45 380	14,06	208 313	249 501	0,83	98 669	308 952	0,32
Agosto	356 488	2 342 351	0,15	668 296	45 686	14,63	217 121	250 439	0,87	95 711	309 653	0,31
Setembro	360 375	2 349 687	0,15	664 903	45 980	14,46	223 906	250 973	0,89	98 567	310 352	0,32
Outubro	353 712	2 348 161	0,15	662 048	45 991	14,40	226 421	250 631	0,90	99 808	310 746	0,32
Novembro	370 490	2 361 596	0,16	623 449	46 293	13,47	235 841	251 868	0,94	103 530	312 599	0,33
Dezembro	353 382	2 361 718	0,15	599 394	46 383	12,92	236 328	252 031	0,94	101 945	313 642	0,33
2003												
Janeiro	386 855	2 376 132	0,16	577 086	46 511	12,41	242 493	252 399	0,96	107 699	314 801	0,34
Fevereiro	370 475	2 369 600	0,16	593 402	46 326	12,81	246 521	251 170	0,98	111 083	315 234	0,35
Março	359 105	2 381 021	0,15	577 534	46 481	12,43	250 746	252 072	0,99	108 661	312 328	0,35
Abril	370 430	2 390 008	0,15	602 993	46 824	12,88	251 285	252 375	1,00	105 646	312 203	0,34
Mai	355 220	2 386 387	0,15	579 076	46 982	12,33	225 974	252 276	0,90	103 019	316 208	0,33

TABELA 2 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ – 1982 – MAIO 2003

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
Janeiro	56 288	3 857	14,59	45 094	3 302	13,66	2 804	1 031	2,72	1 401 924	2 814 195	0,50
Fevereiro	56 670	3 868	14,65	47 722	3 305	14,44	2 860	1 034	2,77	1 409 992	2 822 608	0,50
Março	56 806	3 885	14,62	41 615	3 314	12,56	2 722	1 031	2,64	1 403 054	2 828 073	0,50
Abril	56 618	3 885	14,57	43 920	3 285	13,37	2 716	1 019	2,67	1 466 692	2 838 434	0,52
Mai	56 649	3 892	14,56	45 376	3 324	13,65	2 697	1 024	2,63	1 388 128	2 849 566	0,49
Junho	56 526	3 945	14,33	41 796	3 329	12,56	2 844	1 022	2,78	1 331 497	2 863 331	0,47
Julho	56 569	3 980	14,21	40 741	3 324	12,26	2 258	1 011	2,23	1 331 780	2 871 468	0,46
Agosto	56 046	4 007	13,99	42 125	3 326	12,67	2 263	988	2,29	1 378 767	2 882 647	0,48
Setembro	55 520	4 045	13,73	42 379	3 303	12,83	1 928	857	2,25	1 394 775	2 891 826	0,48
Outubro	55 947	4 082	13,71	42 471	3 322	12,78	1 670	767	2,18	1 357 798	2 897 352	0,47
Novembro	55 866	4 111	13,59	43 068	3 336	12,91	1 451	677	2,14	1 380 445	2 902 101	0,48
Dezembro	56 099	4 133	13,57	42 637	3 346	12,74	1 180	593	1,99	1 372 866	2 909 131	0,47
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
Janeiro	55 923	4 140	13,51	44 511	3 356	13,26	1 560	624	2,50	1 357 099	2 916 295	0,47
Fevereiro	56 143	4 164	13,48	43 768	3 331	13,14	2 487	613	4,06	1 377 868	2 905 458	0,47
Março	56 488	4 173	13,54	42 428	3 348	12,67	1 631	593	2,75	1 402 571	2 923 807	0,48
Abril	56 048	4 184	13,40	46 492	3 395	13,69	1 689	586	2,88	1 482 106	2 935 073	0,50
Mai	56 280	4 215	13,35	43 704	3 402	12,85	1 677	592	2,83	1 440 484	2 940 711	0,49
Junho	56 136	4 245	13,22	43 368	3 412	12,71	1 636	585	2,80	1 412 663	2 943 323	0,48
Julho	55 577	4 261	13,04	41 560	3 427	12,13	1 493	587	2,54	1 370 298	2 943 839	0,47
Agosto	56 073	4 291	13,07	43 462	3 457	12,57	1 561	586	2,66	1 438 712	2 956 463	0,49
Setembro	56 231	4 323	13,01	43 533	3 474	12,53	1 562	587	2,66	1 449 077	2 965 376	0,49
Outubro	56 315	4 380	12,86	44 066	3 489	12,63	1 556	583	2,67	1 443 926	2 963 981	0,49
Novembro	55 678	4 389	12,69	44 736	3 482	12,85	1 664	585	2,84	1 435 388	2 980 812	0,48
Dezembro	55 814	4 399	12,69	43 771	3 492	12,53	1 580	582	2,71	1 392 214	2 982 247	0,47
2003												
Janeiro	55 670	4 411	12,62	46 845	3 490	13,42	1 721	584	2,95	1 418 369	2 998 328	0,47
Fevereiro	55 755	4 412	12,64	46 587	3 476	13,40	1 665	580	2,87	1 425 488	2 990 798	0,48
Março	55 417	4 439	12,48	43 710	3 482	12,55	1 659	583	2,85	1 396 831	3 000 406	0,47
Abril	55 689	4 463	12,48	45 571	3 461	13,17	1 689	581	2,91	1 433 303	3 009 915	0,48
Mai	55 795	4 497	12,41	44 310	3 469	12,77	1 558	581	2,68	1 364 952	3 010 400	0,45

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2002

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 345
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 244	52,00	560 259	11,54	1 741 015	35,87	28 727	0,59	4 854 245
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 996
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002 ⁽¹⁾	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2001-2002

BLOCOS ECONÔMICOS/ REGIÕES	PARANÁ					BRASIL					PR/BR	
	2002		2001		Variação (%)	2002		2001		Variação (%)	2002 (%)	2001 (%)
	US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)		US\$ FOB (mil)	Part. (%)	US\$ FOB (mil)	Part. (%)			
EXPORTAÇÃO	5 700 199	100,00	5 317 509	100,00	7,20	60 361 786	100,00	58 222 642	100,00	3,67	9,44	9,13
União Européia	1 859 928	32,63	1 890 819	35,56	-1,63	15 113 391	25,04	14 865 365	25,53	1,67	12,31	12,72
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	1 038 758	18,22	957 412	18,00	8,50	15 534 804	25,74	14 378 147	24,70	8,04	6,69	6,66
Ásia (excl. Oriente Médio)	1 030 639	18,08	669 484	12,59	53,95	8 791 091	14,56	6 949 361	11,94	26,50	11,72	9,63
Oriente Médio	386 732	6,78	399 050	7,50	-3,09	2 341 756	3,88	2 041 257	3,51	14,72	16,51	19,55
Demais da Aladi	377 528	6,62	325 118	6,11	16,12	6 555 422	10,86	5 860 932	10,07	11,85	5,76	5,55
África	269 214	4,72	154 952	2,91	73,74	2 362 317	3,91	1 988 425	3,42	18,80	11,40	7,79
Mercosul	262 404	4,60	522 097	9,82	-49,74	3 310 817	5,48	6 363 655	10,93	-47,97	7,93	8,20
Europa Oriental	200 826	3,52	197 531	3,71	1,67	1 754 912	2,91	1 699 118	2,92	3,28	11,44	11,63
Outros ⁽¹⁾	274 170	4,81	201 046	3,78	36,37	4 597 276	7,62	4 076 382	7,00	12,78	5,96	4,93
IMPORTAÇÃO	3 333 814	100,00	4 929 457	100,00	-32,37	47 231 932	100,00	55 572 176	100,00	-15,01	7,06	8,87
União Européia	1 312 331	39,36	1 921 364	38,98	-31,70	13 069 515	27,67	14 822 476	26,67	-11,83	10,04	12,96
Mercosul	582 573	17,47	816 674	16,57	-28,67	5 615 048	11,89	7 009 316	12,61	-19,89	10,38	11,65
Estados Unidos (incl. Porto Rico)	398 462	11,95	610 193	12,38	-34,70	10 437 889	22,10	13 043 347	23,47	-19,98	3,82	4,68
Ásia (excl. Oriente Médio)	315 346	9,46	409 865	8,31	-23,06	7 996 372	16,93	8 925 697	16,06	-10,41	3,94	4,59
África	232 895	6,99	468 845	9,51	-50,33	2 686 694	5,69	3 330 948	5,99	-19,34	8,67	14,08
Demais da Aladi	142 639	4,28	293 469	5,95	-51,40	2 610 788	5,53	2 991 963	5,38	-12,74	5,46	9,81
Europa Oriental	133 209	4,00	140 971	2,86	-5,51	918 720	1,95	1 112 520	2,00	-17,42	14,50	12,67
Oriente Médio	102 720	3,08	128 581	2,61	-20,11	1 479 413	3,13	1 472 282	2,65	0,48	6,94	8,73
Outros	139 509	3,41	190 062	2,83	-18,54	2 417 493	5,12	2 863 627	5,15	-15,58	4,70	4,87

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Inclui provisão de navios e aeronaves.

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JAN-MAIO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Soja	1 025 930	37,66	326 644	20,03	214,08
Grão	534 107	19,60	112 014	6,87	376,82
Farelo	290 192	10,65	152 601	9,36	90,16
Óleo	201 631	7,40	62 029	3,80	225,06
Material de transporte	591 725	21,72	440 983	27,05	34,18
Automóveis	303 219	11,13	253 143	15,53	19,78
Motores para autoveículos	136 932	5,03	88 129	5,41	55,38
Autopeças	87 448	3,21	68 291	4,19	28,05
Tratores e partes	34 553	1,27	14 639	0,90	136,04
Chassis e carroçarias p/autoveículos comerciais	15 036	0,55	9 137	0,56	64,56
Autoveículos comerciais leves e pesados	13 202	0,48	6 650	0,41	98,51
Outros	1 335	0,05	994	0,06	34,39
Madeira	273 353	10,03	214 450	13,15	27,47
Compensado	115 296	4,23	79 691	4,89	44,68
Serrada	72 210	2,65	62 786	3,85	15,01
Obras de marcenaria/carpintaria	27 355	1,00	23 436	1,44	16,72
Moldura	27 002	0,99	26 389	1,62	2,32
Outros	31 491	1,16	22 148	1,36	42,18
Carnes	248 192	9,11	157 569	9,66	57,51
Aves	183 206	6,72	113 612	6,97	61,26
Suínos	34 853	1,28	20 248	1,24	72,13
Bovinos	24 291	0,89	19 328	1,19	25,67
Outros	5 842	0,21	4 381	0,27	33,36
Cereais	79 499	2,92	125 963	7,73	- 36,89
Milho	79 389	2,91	125 587	7,70	- 36,79
Outros	110	0,00	376	0,02	- 70,70
Máquinas e instrumentos mecânicos	68 124	2,50	39 571	2,43	72,15
Máquinas e implementos agrícolas	17 309	0,64	8 267	0,51	109,37
Refrigeradores/congeladores	11 569	0,42	7 700	0,47	50,24
Componentes hidráulicos	9 686	0,36	710	0,04	1 264,20
Outros	29 560	1,08	22 894	1,40	29,12
Papel	64 712	2,38	52 321	3,21	23,68
<i>Kraftliner</i> para cobertura	16 386	0,60	11 964	0,73	36,96
Coché	12 941	0,47	10 331	0,63	25,26
<i>Kraft</i> p/escrita, impressão e gráfica	11 600	0,43	6 999	0,43	65,73
Outros	23 786	0,87	23 026	1,41	3,30
Café	62 433	2,29	43 148	2,65	44,69
Solúvel	40 373	1,48	27 873	1,71	44,85
Grãos	17 978	0,66	10 255	0,63	75,30
Extratos, essências e concentrados	4 082	0,15	5 020	0,31	- 18,67
Açúcar	44 617	1,64	18 900	1,16	136,07
Em bruto	44 367	1,63	18 591	1,14	138,64
Refinado	249	0,01	308	0,02	- 19,11
Metais comuns	35 571	1,31	22 471	1,38	58,29
Artefatos de ferro/aço	6 742	0,25	6 165	0,38	9,35
Outros	28 829	1,06	16 306	1,00	76,80
Químicos diversos	35 050	1,29	23 732	1,46	47,69
Couros e artigos derivados	29 954	1,10	38 471	2,36	- 22,14
Couro preparado ou curtido	17 014	0,62	28 814	1,77	- 40,95
Outros	12 940	0,47	9 657	0,59	33,99
Minerais não metálicos	13 763	0,51	13 513	0,83	1,84
Material elétrico	13 398	0,49	13 684	0,84	- 2,09
Componentes de telefonia/telegrafia	5 458	0,20	3 079	0,19	77,26
Condutores (inclui fibras óticas)	1 625	0,06	2 442	0,15	- 33,46
Outros	6 315	0,23	8 162	0,50	- 22,64
Fios e Tecidos	12 982	0,48	12 587	0,77	3,14
Outros	125 146	4,59	86 451	5,30	44,76
TOTAL GERAL	2 724 447	100,00	1 630 458	100,00	67,10

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 6 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO PRINCIPAIS GRUPOS DE PRODUTOS E RESPECTIVOS ITENS – JAN-MAIO 2002-2003

GRUPO/ITEM	2003		2002		VARIÇÃO (%)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
Material de transporte	386 983	29,98	354 880	25,25	9,05
Autopeças	294 131	22,78	235 059	16,72	25,13
Motores para autoveículos	46 226	3,58	37 462	2,67	23,39
Automóveis	19 335	1,50	36 110	2,57	- 46,45
Outros	27 291	2,11	46 249	3,29	- 40,99
Máquinas e instrumentos mecânicos	147 485	11,42	168 173	11,96	- 12,30
Aparelhos de ar e compressores	29 012	2,25	23 580	1,68	23,04
Máquinas para usinagem de metais	11 408	0,88	18 761	1,33	- 39,19
Componentes hidráulicos	9 933	0,77	6 442	0,46	54,19
Partes de bombas p/líquidos	9 328	0,72	4 982	0,35	87,24
Rolamentos e esferas	7 392	0,57	5 881	0,42	25,70
Outros	80 412	6,23	108 529	7,72	- 25,91
Material elétrico	107 540	8,33	96 995	6,90	10,87
Componentes eletroeletrônicos	15 600	1,21	10 629	0,76	46,77
Equipamentos de telecomunicações/telefonia	12 685	0,98	11 555	0,82	9,77
Dispositivos de conexão/interrupção elétrica	9 933	0,77	8 282	0,59	19,93
Outros	69 322	5,37	66 528	4,73	4,20
Adubos e fertilizantes	97 156	7,53	59 586	4,24	63,05
Potássicos	42 503	3,29	26 545	1,89	60,12
Nitrogenados	27 177	2,11	13 561	0,96	100,41
Outros	27 476	2,13	19 481	1,39	41,04
Produtos químicos diversos	84 698	6,56	89 916	6,40	- 5,80
Soja	76 408	5,92	47 853	3,40	59,67
Grão	71 063	5,50	43 407	3,09	63,71
Outros	5 345	0,41	4 447	0,32	20,21
Combustíveis e lubrificantes	69 287	5,37	226 768	16,13	- 69,45
Óleo bruto de petróleo	55 694	4,31	219 523	15,62	- 74,63
Outros	13 594	1,05	7 245	0,52	87,63
Cereais	48 575	3,76	35 271	2,51	37,72
Trigo	35 567	2,76	21 758	1,55	63,46
Outros	13 008	1,01	13 512	0,96	- 3,73
Metais comuns	45 983	3,56	44 062	3,13	4,36
Artefatos de ferro/aço	22 884	1,77	16 759	1,19	36,55
Materiais de alumínio	7 130	0,55	9 343	0,66	- 23,69
Outros	15 969	1,24	17 960	1,28	- 11,09
Matérias plásticas	40 579	3,14	63 474	4,52	- 36,07
Artefatos plásticos	13 835	1,07	11 691	0,83	18,35
Matérias-primas plásticas	11 574	0,90	38 743	2,76	- 70,13
Chapas, folhas e tiras plásticas	10 294	0,80	8 933	0,64	15,23
Outros	4 875	0,38	4 107	0,29	18,70
Papel e celulose	27 918	2,16	26 754	1,90	4,35
Pasta química	16 928	1,31	10 885	0,77	55,51
Outros	10 989	0,85	15 869	1,13	- 30,75
Artefatos de borracha	22 542	1,75	17 320	1,23	30,15
Fios e tecidos	19 790	1,53	31 731	2,26	- 37,63
Sintéticos	19 766	1,53	31 502	2,24	- 37,25
Outros	24	0,00	229	0,02	- 89,49
Outros	115 967	8,98	142 854	10,16	- 18,82
TOTAL GERAL	1 290 912	100,00	1 405 636	100,00	- 8,16

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

NOTA: Dados preliminares.

TABELA 7 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA – 1994-2003

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 907	2 464 872	1 781 035	47 746 726	53 301 014	-5 554 288
1997	4 854 032	3 463 217	1 390 815	52 990 115	61 352 028	-8 361 913
1998	4 227 995	4 063 890	164 104	51 139 862	57 714 365	-6 574 504
1999	3 932 564	3 699 105	233 459	48 011 444	49 210 314	-1 198 870
2000	4 392 091	4 685 670	-293 579	55 085 595	55 834 343	-748 748
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 466
Janeiro	342 031	481 604	-139 572	4 537 905	5 014 230	-476 324
Fevereiro	291 205	363 087	-71 882	4 083 023	4 005 275	77 748
Março	362 878	446 295	-83 417	5 167 500	5 447 377	-279 878
Abril	514 221	521 807	-7 586	4 729 698	4 609 505	120 193
Maio	558 895	447 120	111 775	5 367 054	5 156 176	210 878
Junho	507 973	408 387	99 586	5 041 980	4 761 558	280 422
Julho	470 541	387 233	83 308	4 964 485	4 856 733	107 752
Agosto	553 452	471 362	82 090	5 727 436	5 099 365	628 071
Setembro	432 857	413 283	19 574	4 754 965	4 159 224	595 742
Outubro	501 703	397 449	104 254	5 002 529	4 756 599	245 929
Novembro	416 262	345 699	70 562	4 500 260	4 213 399	286 861
Dezembro	365 491	246 131	119 360	4 345 808	3 492 735	853 073
2002 ⁽¹⁾	5 700 199	3 333.303	2 366 897	60 361 786	47 227 204	13 134 582
Janeiro	250 849	238 354	12 495	3 971 829	3 802 444	169 385
Fevereiro	309 359	250 341	59 018	3 658 349	3 396 788	261 561
Março	332 361	266 041	66 320	4 260 412	3 662 948	597 464
Abril	372 907	338 203	34 704	4 641 400	4 141 868	499 531
Maio	364 982	312 697	52 284	4 441 380	4 063 263	378 117
Junho	343 324	231 296	112 027	4 078 559	3 399 611	678 948
Julho	492 269	289 527	202 742	6 223 334	5 020 022	1 203 312
Agosto	449 584	269 202	180 382	5 751 020	4 173 551	1 577 469
Setembro	1 294 671	274 074	1 020 597	6 491 807	3 990 272	2 501 535
Outubro	627 998	332 745	295 252	6 474 408	4 272 416	2 201 992
Novembro	502 314	259 128	243 187	5 126 951	3 858 063	1 268 888
Dezembro	359 582	271 693	87 888	5 242 336	3 445 957	1 796 379
2003 ⁽¹⁾	2 724 447	1 290 912	1 433 536	27 127 759	19 086 687	8 041 071
Janeiro	415 305	232 132	183 173	4 805 211	3 649 968	1 155 243
Fevereiro	405 642	230 863	174 779	5 001 174	3 882 188	1 118 987
Março	530 027	268 304	261 723	5 238 699	3 693 158	1 545 541
Abril	657 474	289 686	367 788	5 710 491	3 995 936	1 714 555
Maio	716 000	269 926	446 074	6 372 184	3 865 438	2 506 746

FONTE: MDIC/SECEX/AliceWeb

(1) Dados preliminares.

TABELA 8 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-MAIO 2003

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Fevereiro	0,20
2000	6,23	Março	0,40
2001	5,90	Abril	0,78
Janeiro	0,89	Maio	0,47
Fevereiro	-0,17	Junho	0,55
Março	0,17	Julho	0,52
Abril	0,67	Agosto	0,60
Maio	0,45	Setembro	1,12
Junho	0,31	Outubro	1,44
Julho	1,05	Novembro	2,95
Agosto	0,30	Dezembro	1,53
Setembro	0,31	2003	5,16
Outubro	0,72	Janeiro	1,88
Novembro	0,42	Fevereiro	0,61
Dezembro	0,64	Março	1,19
2002	12,02	Abril	0,87
Janeiro	0,88	Maio	0,51

FONTE: IPARDES

TABELA 9 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976-MAIO 2003

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	Abril	150	501
1977	1 356	8 826	Maio	43	892
1978	1 614	9 636	Junho	81	900
1979	1 635	12 575	Julho	52	929
1980	1 936	13 482	Agosto	78	719
1981	1 954	14 105	Setembro	129	695
1982	1 179	6 606	Outubro	213	741
1983	1 079	3 345	Novembro	260	613
1984	1 748	7 921	Dezembro	264	614
1985	2 167	9 728	2002	2 448	9 752
1986	2 029	10 588	Janeiro	301	401
1987	2 121	9 479	Fevereiro	279	652
1988	1 567	8 847	Março	286	702
1989	1 386	6 189	Abril	132	901
1990	885	4 111	Maio	126	787
1991	584	2 677	Junho	128	635
1992	593	2 893	Julho	40	1 180
1993	1 038	4 475	Agosto	142	921
1994	1 707	9 011	Setembro	234	1 066
1995	859	5 095	Outubro	292	1 148
1996	897	4 180	Novembro	270	860
1997	1 296	6 062	Dezembro	218	499
1998	1 380	6 025	2003	1 026	3 983
1999	1 351	4 854	Janeiro	220	478
2000	1 692	6 251	Fevereiro	238	734
2001	2 046	8 307	Março	247	776
Janeiro	265	237	Abril	129	955
Fevereiro	233	615	Maio	192	1 040
Março	278	851			

FONTE: Anfavea; New Holland Latino-Americana Ltda.

TABELA 10 – PRODUÇÃO DE AUTOVEÍCULOS, NO PARANÁ - 1999-ABRIL 2003

ANO	PRODUÇÃO (unidades)		
	COMERCIAIS LEVES ⁽¹⁾	COMERCIAIS PESADOS	AUTOMÓVEIS DE PASSAGEIROS E DE USO MISTO
1999	4 677	4 176	41 864
2000	4 945	6 272	132 149
2001	1 755	5 854	169 441
Janeiro	423	437	8 945
Fevereiro	584	423	13 872
Março	448	595	17 092
Abril	300	575	17 049
Maio	-	793	21 740
Junho	-	354	15 415
Julho	-	555	16 699
Agosto	-	529	15 640
Setembro	-	470	14 456
Outubro	-	476	11 801
Novembro	-	319	12 739
Dezembro	-	328	3 993
2002	5 063	5 552	131 285
Janeiro	1	241	4 722
Fevereiro	6	432	10 956
Março	9	520	12 335
Abril	447	554	13 080
Maio	523	526	12 137
Junho	671	463	10 720
Julho	749	474	13 169
Agosto	520	397	10 048
Setembro	632	501	11 435
Outubro	737	552	13 479
Novembro	654	455	10 351
Dezembro	114	437	8 853
2003	2 665	1 749	47 457
Janeiro	528	399	11 354
Fevereiro	789	486	13 218
Março	712	466	12 386
Abril	636	398	10 499

FONTE: ANFAVEA

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Não inclui a picape Saveiro, veículo produzido em fábricas localizadas em São Bernardo do Campo (SP) e São José dos Pinhais (PR).

TABELA 11 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - DEZEMBRO 2002-MAIO 2003

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) ⁽¹⁾
2002	
Dezembro	6,40
2003	
Janeiro	7,80
Fevereiro	9,00
Março	10,00
Abril	9,60
Maio	10,20

FONTE: PME-IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 12 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ – 2000-2003

PERÍODO	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO	VARIAÇÃO (%) ⁽¹⁾
2000	656 104	627 961	28 143	2,11
2001	735 560	681 703	53 857	3,82
2002	710 236	651 647	58 589	4,17
Janeiro	53 596	52 494	1 102	0,08
Fevereiro	54 695	49 184	5 511	0,39
Março	65 394	56 633	8 761	0,62
Abril	74 505	58 193	16 312	1,15
Maio	70 999	54 001	16 998	1,18
Junho	55 925	45 355	10 570	0,73
Julho	58 741	53 751	4 990	0,34
Agosto	59 965	53 260	6 705	0,46
Setembro	59 897	49 662	10 235	0,69
Outubro	64 431	59 492	4 939	0,33
Novembro	52 847	55 690	-2 843	-0,19
Dezembro	39 241	63 932	-24 691	-1,66
2003	329 727	274 908	54 819	3,64
Janeiro	59 838	54 906	4 932	0,33
Fevereiro	64 440	53 670	10 770	0,71
Março	62 537	56 913	5 624	0,37
Abril	71 761	54 484	17 277	1,13
Maio	71 151	54 935	16 216	1,05

FONTE: CAGED – Ministério do Trabalho e Emprego

(1) Em relação ao total de registros em carteira.